



Boletim de Transparência Fiscal

Rio de Janeiro, julho de 2008



SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Joaquim Vieira Ferreira Levy

SUBSECRETÁRIO GERAL

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS

Marcelo Barbosa Saintive

SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL

George André Palermo Santoro

SUBSECRETÁRIO DE FAZENDA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Fabrizio R. Valle Dantas Leite

SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Josélia Castro de Albuquerque

SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL

Marco Aurélio Alves de Mendonça

SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA

Valéria Barbosa

EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL

Ana Paula Quedinho

Carolina Barbosa Corrêa

Cláudia Santoro

Creusa Mattoso de Almeida

Daniela de Melo Faria

Fabrizio Marques Santos

Gabriel Silva de Goes Rodrigues

Márcio José Azevedo

Raphael Moura

Rebeca Virginia Escobar Villagra

Regina Helena Cavalcanti Milione

Renata dos Santos

Renata G. Rimes de Almeida

Renata Pimentel Lins

Ubyrajara de Souza Filho



O BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL é uma publicação bimestral da Subsecretaria de Política Fiscal e da Subsecretaria de Finanças. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal por que vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha naquela da avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referida nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2001).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2203-7929

Home Page: <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Rua da Alfândega, n.º 42 - 2º andar

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.070.000

Sumário

Apresentação	7
I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro	9
II. Resultado Fiscal.....	12
II.1 Resultado Orçamentário.....	12
II.2 Resultado Primário.....	13
III. Receita Estadual.....	13
III.1 Receitas Correntes	13
III.1.1 Receita Tributária.....	14
III.1.3 Receita de Transferências	22
III.1.4 Demais Receitas Correntes	24
III.2 Receitas de Capital.....	24
III.3 O Conselho de Contribuintes	25
IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro	26
IV.1 Despesa por fonte de recurso	26
IV. 2 Despesa por grupo.....	28
IV. 2. 1 Despesa de Pessoal	29
IV.2.2 Despesas Correntes	29
IV.2.3 Investimentos	30
IV.3 Despesa por área de governo.....	31
IV.3.1 Saúde	32
IV.3.2 Segurança	37
IV.3.3 Educação.....	38
IV.3.4 Transportes.....	39
IV.3.5 Turismo, Esportes e Lazer	40
IV.4 Cota Financeira	41



V ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	43
V.1 Prazo de Pagamento das PD's e adimplemento.....	43
V. 2 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados	44
V.3 Requisições Judiciais de Pagamento.....	45
Precatórios	45
Requisições Judiciais de Pequeno Valor – RPV	47
Pagamento total de Requisições Judiciais	48
Dispêndio com a dívida pública	49
Dívida Financeira x Receita Líquida Real.....	50
Receita de Operações de Crédito	52
Tópico Especial.....	54

Anexos

Anexo 1 – Despesas por Grupo

Anexo 2 – Despesas por Fonte de Recurso

Anexo 3 – Despesas por Órgão

Anexo 4 – Despesas de Pessoal por Órgão

Anexo 5 – Despesas de Custeio por Órgão

Anexo 6 – Despesas de Investimentos e Inversões Financeiras por Órgão

Anexo 7 – Despesa Liquidada – Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil

Anexo 8 – Despesa Liquidada – Secretaria de Estado de Segurança Pública

Anexo 8 a – Despesa Liquidada – Secretaria de Estado de Administração Penitenciária

Anexo 9 – Despesa Liquidada – Secretaria de Estado de Educação

Anexo 10 – Despesa Liquidada – Secretaria de Estado de Transportes



Anexo 10 a – Despesa Liquidada – Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística - CENTRAL

Anexo 11 – Despesa Liquidada – Secretaria de Estado de Turismo Esporte e Lazer

Anexo 12 – Receita Realizada e Despesa Liquidada – Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Anexo 13 – Despesa Liquidada - Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro – DETRAN



Apresentação

Este é o terceiro número de um boletim bimestral preparado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro com vistas a aperfeiçoar os mecanismos de controle e a transparência na execução do orçamento estadual. Esse controle tem pelo menos duas dimensões. A primeira liga-se ao reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão de receita. Despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou outros recursos orçamentários. Só assim eles poderão ser honrados tempestivamente e sem sobressaltos. Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente (suspensão de transferências voluntárias, por exemplo). O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, o cumprimento das obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. Essa é, portanto, a dimensão de solvência e previsibilidade no gasto. A segunda dimensão tem a ver com a aplicação dos recursos, cumprindo a Lei (e.g., vinculações) e procurando alcançar entre outros os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade, e efetividade. Para essa avaliação é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos. O boletim procura cobrir ambas as dimensões.

O Estado reafirma assim seu compromisso com a responsabilidade fiscal e a transparência, fazendo chegar mais informações ao cidadão contribuinte. Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do

Despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou outros recursos orçamentários.



Rio de Janeiro, no dia 14/06/08. A despesa refere-se ao conceito de empenho liquidado e a receita ao de realizada, ambas depuradas das rubricas intra-orçamentárias. A análise da administração da Dívida Pública tomou por base o valor do empenho efetivamente pago. Assinale-se que por uma peculiaridade do Estado do Rio de Janeiro, o orçamento da empresa de águas e saneamento – CEDAE encontra-se inserido no orçamento do Estado, não obstante o caráter crescentemente independente desta empresa. Para atenuar a distorção que esse legado histórico ainda impõe às contas públicas, o boletim procura identificar e segregar o efeito das receitas e despesas da CEDAE sobre as contas do resto do governo.

O Boletim é dividido em cinco seções além desta apresentação. A primeira analisa as metas bimestrais de arrecadação e cronograma de desembolso do Estado. A segunda demonstra o resultado fiscal do semestre, tanto no conceito primário como orçamentário. A terceira seção analisa a evolução da receita, e a quarta seção analisa a despesa, tanto no seu agregado de execução orçamentária, quanto no detalhe da aplicação em alguns órgãos-chave. Uma quinta seção apresenta elementos da política financeira do Estado, notadamente da administração da dívida pública.

Nesta edição do boletim, expandiu-se a discussão da arrecadação das receitas tributárias e das participações governamentais relacionadas à produção de petróleo e gás natural, estas de significativa importância para o Estado. Também se apresenta a cota financeira, que vem a ser a programação de recursos disponíveis para efetivo pagamento das despesas liquidadas pelos diversos órgãos. O seu estabelecimento e publicidade têm por objetivo facilitar a programação do gasto desses órgãos, além de ser importante elemento para a informação dos fornecedores e outros agentes que lidam com o Estado. Destacam-se ainda o crescimento de 24% na despesa com a saúde, comparando-se com o primeiro semestre de 2007, e o sucesso da reabertura do programa de regularização dos Restos a Pagar anteriores a 2007.

Por uma peculiaridade do Estado do Rio de Janeiro, o orçamento da empresa de águas e saneamento — CEDAE encontra-se inserido no orçamento do Estado, não obstante o caráter crescentemente independente desta empresa.

I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro¹

A arrecadação de tributos no primeiro semestre de 2008 situou-se 3% acima do originalmente projetado por ocasião da programação orçamentária e financeira do ano efetuada por determinação do artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF até 30 dias depois da aprovação da Lei Orçamentária Anual. Esse desvio reflete um crescimento nominal da arrecadação do ICMS de 12,5% sobre o mesmo período de 2007.

Outras receitas tiveram desvios mais acentuados. Estes se explicam pelo aumento do preço internacional do petróleo, que influenciou a arrecadação das participações governamentais na produção de óleo e gás, e do índice geral de preços IGP-DI, o qual indexa o valor de resgate dos ativos de propriedade do Rioprevidência (CFTs emitidos pelo Tesouro Nacional). Esses dois fatores levaram a receita patrimonial a se situar 36,3% acima da meta projetada.

A receita de contribuições manteve-se um pouco abaixo da projetada, como conseqüência da evolução prudente da folha de pessoal que lhe serve de base de cálculo. As receitas de serviços - aí incluídas aquelas provenientes da cobrança de tarifas pela empresa de água e saneamento – CEDAE— também tiveram um comportamento superior ao esperado, apresentando um desempenho 15% acima do projetado. As receitas da empresa, no entanto, não suportam gastos gerais do governo, mas apenas refletem sua atividade comercial. As transferências correntes mantiveram-se em linha com o esperado, com desvio de menos de 1% sobre a projeção original.

As receitas de capital, apesar de continuarem abaixo da meta, tiveram um reforço importante com a entrada dos R\$100

A arrecadação total do semestre caracterizou-se por forte aumento da receita patrimonial, em conseqüência da elevação do preço do petróleo e do IGP

Tabela 1

META DE ARRECAÇÃO DA RECEITA (JAN - JUN 2008) (art 8º da LRF)

R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	Meta de Receita Jan - Jun 2008	Receita Realizada Jan - Jun 2008	% REALIZADO
RECEITAS CORRENTES	17.652.845	19.364.345	109,7%
RECEITA TRIBUTÁRIA	10.684.538	11.083.489	103,7%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	404.242	380.793	94,2%
RECEITA PATRIMONIAL	2.849.143	3.883.396	136,3%
RECEITA AGROPECUÁRIA	32	12	35,9%
RECEITA INDUSTRIAL	40.141	41.926	104,4%
RECEITA DE SERVIÇOS	1.379.302	1.595.364	115,7%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.939.553	1.920.559	99,0%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	355.893	458.806	128,9%
RECEITAS DE CAPITAL	735.053	271.495	36,9%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	188.990	103.638	54,8%
ALIENAÇÕES DE BENS	17	37	223,1%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	50.777	60.736	119,6%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	495.147	104.345	21,1%
OUTRA RECEITAS DE CAPITAL	123	2.738	2223,2%
Total	18.387.898	19.635.839	106,8%

¹ Os valores de receita e despesa incluem o orçamento da Imprensa Oficial. Em anexo, encontra-se um quadro de receita e despesa deste órgão.

milhões de transferências da União, referentes à obra do Arco Rodoviário.

Apesar do desembolso das operações de crédito situar-se abaixo do previsto, ele deve acelerar. No primeiro semestre, sentiu-se o efeito da ampliação do espaço de endividamento do Estado pelo Tesouro Nacional só ter ocorrido em abril. Mas essa tendência deve ser revertida com a implementação da extensão da primeira fase do programa de investimento em trens (Programa Estadual de Transporte-PET I) e a assinatura do empréstimo do BNDES para o apoio à modernização fiscal—PMAE² mais recentemente, assim como a aceleração da negociação de empréstimos específicos para a área do desenvolvimento agrário, turismo e o PET-II na esteira da ampliação do espaço de endividamento.

A despesa paga no primeiro semestre ficou 5,1% abaixo do previsto na programação orçamentária e financeira original, não obstante as despesas correntes terem ultrapassado a respectiva meta em 6,9%. Essa ultrapassagem se justifica principalmente pelo aumento das transferências ao FUNDEB—isto é para o financiamento da educação na esfera estadual e municipal. Por outro lado, as despesas de pessoal e investimentos ficaram abaixo da meta fixada para o semestre.

A diferença de 28,4% nas despesas de pessoal não significa recursos livres. O desvio se explica principalmente pelo atraso nos cronogramas de admissão de novos servidores concursados, assim como na contratação de profissionais por prazo determinado, em substituição a contratos de mão-de-obra temporária.

O modesto desempenho dos investimentos decorre da baixa execução dos convênios nestes primeiros meses do ano, em parte devido ao atraso na aprovação do Orçamento federal. Da dotação prevista de R\$1,05 bilhão para os investimentos

As operações de crédito devem se acelerar com a ampliação do espaço de endividamento do Estado

Tabela 2

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º / LRF) ESTADO DO RIO DE JANEIRO / JAN-JUN 2008					
GRUPO DE DESPESA	METAS DE EXECUÇÃO JAN-JUN	DESPESA ORÇAMENTÁRIA REALIZADA JAN-JUN 2008*	RP 2007 PAGO	DESPESA TOTAL REALIZADA JAN-JUN 2008	RSMIL
					% REALIZADO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.626.533	2.676.736	636.054	3.312.790	71,6%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.540.362	10.406.142	865.847	11.271.989	106,9%
INVESTIMENTOS / INVERSÕES	683.822	231.869	170.548	402.417	58,8%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA / AMORTIZAÇÃO	1.691.034	1.668.413		1.668.413	98,7%
TOTAL	17.541.751	14.983.160	1.672.450	16.655.610	94,9%

*Considerada a despesa paga e excluídas as despesas intra-orçamentárias.

² Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais.



no ano de 2008, até o mês de junho só foram liquidados R\$15,73 milhões.

A avaliação da receita e das despesas até agora não comporta maiores riscos para o cumprimento das metas fiscais, não obstante a evidência de que não se realizará a receita decorrente da venda de parte das ações da Companhia de Águas e Esgotos do ERJ– CEDAE, como projetado inicialmente no orçamento. A perda de receita em decorrência do adiamento desta venda — ora prevista para o começo de 2009, como indicado da LDO 2009 — vem sendo em grande parte compensada pela boa evolução das receitas, especialmente as patrimoniais, e por medidas de contenção dos gastos correntes. Além disso, está em marcha um processo de fortalecimento da receita tributária e realização de ativos do Estado, que já apresentou os primeiros resultados com a assinatura do termo de liquidação do PREVI-BANERJ.

A perda do R\$ 1 bilhão de receitas esperadas da venda de ações da CEDAE implica que o Estado continuará a trabalhar com grande prudência até o final do segundo quadrimestre. Nesta época, se fará uma avaliação final dos riscos para o cumprimento das metas. Vale assinalar que o mecanismo de avaliação bimestral desses riscos e pronta tomada de medidas contingentes por parte de todos os Poderes, na escala informada pelo Executivo e forma prevista na LRF, é fundamental para evitar forte compressão de despesa no final do ano, com a conseqüente desorganização do funcionamento da máquina pública e geração de dívidas para exercícios futuros.

II. Resultado Fiscal³

O resultado fiscal do semestre confirma a sinalização positiva dada pelo primeiro quadrimestre, mantendo a melhora anteriormente observada com relação ao mesmo período de 2007, tanto no que se refere ao resultado orçamentário quanto ao primário. O resultado fiscal, aqui medido pela ótica da liquidação, também confirma o quadro favorável resultante da avaliação das metas de execução, onde se consideram as despesas pagas, como determinado pela LRF.

II.1 Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário do Governo Estadual no primeiro semestre de 2008 foi superavitário em R\$ 1.443,70 milhões, o que representa um crescimento de 46,3% com relação ao superávit de R\$ 987,1 milhões, obtido no mesmo período do ano passado. A persistência de um melhor resultado (já observado nos dois boletins anteriores) deve-se novamente a um aumento de 14,7% da receita (+R\$2.517,60 milhões) superior aos 12,8% (+R\$ 2.061 milhões) de incremento da despesa (Tabela 3). O melhor desempenho no começo do ano diminui os riscos decorrentes do não ingresso de receita pela venda das ações da CEDAE de propriedade do Estado, originalmente previsto para o final do ano.

O crescimento do item “Pessoal e Encargos Sociais”⁴ permanece abaixo do crescimento da despesa total, tendo se elevado apenas 9,5% (Tabela 3), não obstante o total cumprimento dos aumentos de salários “em escadinha” legislados em 2006—cujo efeito em termos de incremento de despesa ainda se fará sentir a cada mês até agosto de 2008.

As demais despesas correntes sofreram um aumento de 18%, cuja abertura aparece na tabela 3.1. Observe-se a importância

³ O resultado fiscal exclui a receita e a despesa intra-orçamentária.

⁴ Nesta seção “Pessoal e Encargos Sociais” inclui gastos com Inativos e Pensionistas.

Tabela 3

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-JUN 2007/ JAN-JUN 2008

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	var %
	Jan-Jun	Jan-Jun	
I. RECEITA TOTAL (A)	17.118.237	19.635.839	14,7%
I.1 RECEITA CORRENTE	16.969.393	19.364.345	14,1%
I.1.1 Receita Tributária	9.954.792	11.083.489	11,3%
I.1.2 Receita Patrimonial	2.660.386	3.883.396	46,0%
I.1.3 Receita de Transferências	1.488.833	1.920.559	29,0%
I.1.4 Demais Receitas Correntes	2.865.382	2.476.901	-13,6%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	148.844	271.495	82,4%
II. DESPESA TOTAL (B)	16.131.132	18.192.132	12,8%
II.1 DESPESA CORRENTE	15.383.362	17.439.784	13,4%
II.1.1 Pessoal e Encargos Sociais	6.904.830	7.562.012	9,5%
II.1.2 Demais Despesas Correntes	7.312.970	8.629.483	18,0%
II.1.2.1 Juros e Encargos da Dívida	1.165.563	1.248.289	7,1%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	747.770	752.348	0,6%
II.2.1 Investimentos	340.667	304.638	-10,6%
II.2.2 Investições Financeiras	6.650	27.167	308,5%
II.2.3 Amortização da Dívida	400.452	420.544	5,0%
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (A-B)	987.105	1.443.707	46,3%

Gráfico 1

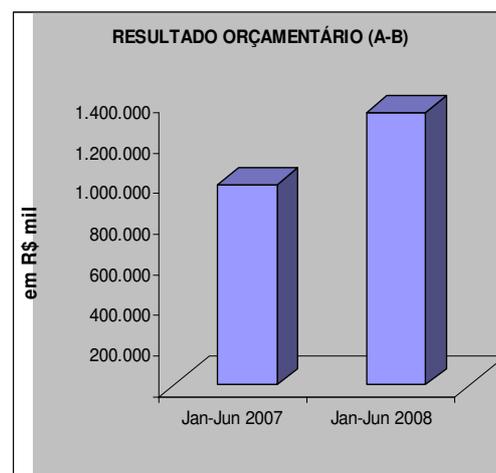


Tabela 3.1

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	var %
	Jan-Jun	Jan-Jun	
Demais Despesas Correntes	7.312.970	8.629.483	18%
Transf. Municípios	2.479.844	2.810.902	13,3%
Transf. FUNDEB	992.323	1.348.474	35,9%
Outras	3.832.723	4.356.008	13,7%

das transferências ao Fundeb⁵ e aos municípios nesta elevação. Por fim, a queda nos investimentos ocorre essencialmente por conta da reclassificação das despesas com o programa Nova Escola, que antes era classificado como Investimentos e agora está incluído no valor de Pessoal e Encargos Sociais.

II.2 Resultado Primário

O resultado primário nos seis primeiros meses de 2008 ultrapassou em 17,3% a cifra equivalente para o mesmo período do ano anterior (Tabela 4). Para o semestre, a elevação em 14,0% das receitas não-financeiras superou ligeiramente o aumento em 13,5% das despesas não-financeiras.

III. Receita Estadual

No primeiro semestre do ano a receita estadual alcançou R\$ 19.635,82 milhões, crescendo 14,1% (R\$ 2.517,60 milhões) frente ao mesmo período do ano anterior. Esta receita beneficiou-se não só do bom desempenho das receitas não-financeiras—notadamente de natureza patrimonial, como do aumento das receitas financeiras em consequência do aprimoramento da administração dos recursos de caixa do Estado.

III.1 Receitas Correntes

As receitas correntes apresentaram variação positiva acumulada no ano de 14,1% (R\$ 2.394,9 milhões) em relação a 2007, devido principalmente ao aumento de R\$1.128,69 milhões da receita tributária (11,3%) e de R\$ 1.223,01 milhões da receita patrimonial, equivalentes a um crescimento de 46,0% (Tabela 5). As transferências correntes, que cresceram 29,0%, contribuíram com um adicional de receita de R\$ 431,72 milhões. Finalmente, as

⁵ Estas serão comentadas com mais detalhe no item III.1.3 (Receitas de Transferências).

Tabela 4

RESULTADO PRIMÁRIO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-JUN 2007/ JAN-JUN 2008

DISCRIMINAÇÃO	R\$ mil		var %
	2007 Jan-Jun	2008 Jan-Jun	
RECEITA (A)	17.118.237	19.635.839	14,7%
RECEITAS FINANCEIRAS (C)	188.268	334.421	77,6%
RECEITA NÃO-FINANCEIRA (A-C)	16.929.969	19.301.419	14,0%
DESPESA* (B)	16.131.132	18.192.132	12,8%
DESPEAS FINANCEIRAS (D)	1.571.144	1.670.387	6,3%
DESPESA NÃO-FINANCEIRA (B-D)	14.559.988	16.521.745	13,5%
RESULTADO PRIMÁRIO	2.369.981	2.779.673	17,3%

Gráfico 2

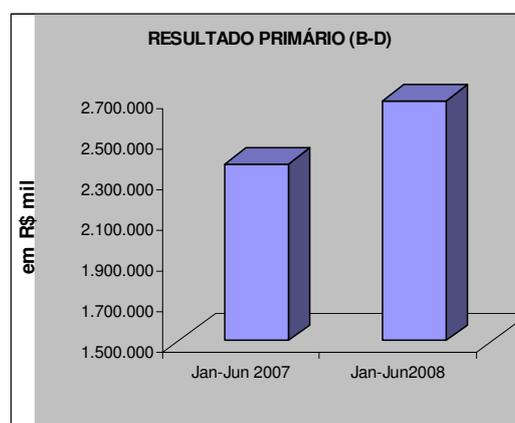


Tabela 5

DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-JUN 2007/ JAN-JUN 2008

DISCRIMINAÇÃO	R\$ mil		var %
	2007 Jan-Jun	2008 Jan-Jun	
RECEITA TRIBUTÁRIA	9.954.792	11.083.489	11,3%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	398.787	380.793	-4,5%
RECEITA PATRIMONIAL	2.660.386	3.883.396	46,0%
RECEITA AGROPECUÁRIA	11	12	9,9%
RECEITA INDUSTRIAL	35.982	41.926	16,5%
RECEITA DE SERVIÇOS	1.336.011	1.595.364	19,4%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.488.833	1.920.559	29,0%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.094.591	458.806	-58,1%
RECEITAS DE CAPITAL	148.844	171.495	15,2%
Total	17.118.237	19.535.839	14,1%

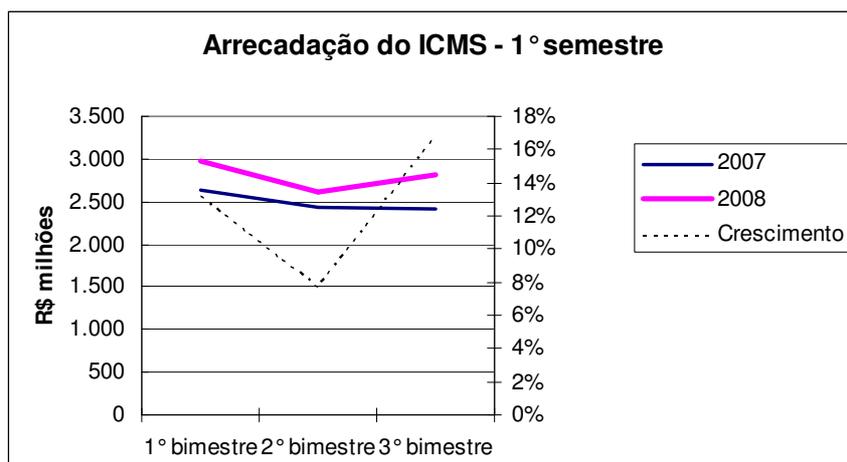
receitas de serviços—onde se incluem convencionalmente as receitas da empresa de águas e saneamento – CEDAE - advinda da cobrança das tarifas comerciais e residenciais—aumentaram em R\$ 259,35 milhões (19,4%).

III.1.1 Receita Tributária

A arrecadação da receita tributária no primeiro semestre de 2008 foi de R\$11.083,49 milhões, representando um incremento de 11,3% em relação ao mesmo período de 2007 (Tabela 6). Desse valor, aproximadamente 75% corresponderam ao ICMS (R\$ 8,40 bilhões) e seu adicional (R\$ 0,92 bilhão).

O crescimento do ICMS acelerou no terceiro bimestre, após um ajuste sazonal no segundo bimestre, explicado em parte por antecipações ligadas às datas do carnaval e semana santa. Enquanto o crescimento relativo ao mesmo período de 2007 foi de 13,1% no primeiro bimestre e de somente 7,7% no segundo bimestre, ele alcançou 16,7% no terceiro bimestre. Com isso, o crescimento acumulado do primeiro semestre com relação ao mesmo período do ano passado foi de 12,5% (gráfico 2.1).

Gráfico 2.1



Os setores de maior peso na composição da arrecadação do ICMS são Serviços de Comunicação (20,3%), Energia Elétrica (16,6%) e Petrolífera/Petroquímica (11,5%). Os

Tabela 6

RECEITA TRIBUTÁRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-JUN 2007/ JAN-JUN 2008

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	var %
	Jan-Jun	Jan-Jun	
RECEITA TRIBUTÁRIA	9.954.792	11.083.489	11,3%
ICMS	7.462.814	8.395.140	12,5%
Adicional do ICMS	824.378	920.698	11,7%
IRRF	446.822	452.088	1,2%
IPVA	893.959	980.789	9,7%
ITD e ITBI	86.245	117.379	36,1%
Taxas	240.573	217.394	-9,6%



três setores respondem por 48,4% da receita do ICMS (Quadro A). Essa concentração não é isenta de riscos para a arrecadação, já que dois desses setores são regulados, e o terceiro é dominado por um grande contribuinte que tem procurado moderar o preço de seu principal produto (gasolina). Os três setores, além disso, sofrem concorrência de novos produtos ou processos, como a transformação de consumidores cativos, ampliação da comunicação por internet e a expansão do álcool combustível. A indústria de transformação, especialmente para o mercado doméstico—que tem sido favorecida pela expansão do consumo das famílias—por outro lado, encolheu nos últimos 15 anos, tendo-se deslocado para estados vizinhos mais ou menos próximos do Rio. Setores como eletro-eletrônicos, por exemplo, ainda não se recuperaram. Alguns segmentos da transformação, como o de transportes viários que inclui a indústria automobilística, que apresentam bom crescimento (29%), partem de uma base reduzida (3,4% do total da arrecadação). A relativa atonia de alguns segmentos da área de consumo, como alimentos, farmacêuticos, e têxteis, explica-se pela desordem da cadeia de produção. Esta ainda está eivada de incentivos fiscais conflitantes e algumas ambigüidades que estão sendo gradativamente abordadas pela fiscalização.



Quadro A

ICMS + ADICIONAL DO ICMS POR ATIVIDADE

Descrição	Arrecadação do Bimestre		Arrecadação Acumulada do Ano			
	Setor	R\$ Milhões	Crescimento em relação ao ano anterior	R\$ Milhões	Participação	Crescimento em relação ao ano anterior
BEBIDAS		156,53	12,3%	509,14	5,5%	7,7%
EDITORIALEGRÁFICA		70,15	3,5%	218,09	2,3%	7,7%
ELETRO/ELETRÔNICO		38,28	9,8%	126,50	1,4%	10,5%
ENERGIAELÉTRICA		527,77	7,0%	1.549,32	16,6%	-2,0%
METALURGIA/SIDERURGIA		175,11	59,2%	463,84	5,0%	57,8%
PERFUMARIA/COSMÉTICOS		72,38	15,9%	211,50	2,3%	15,0%
PETROLÍFERA/PETROQUÍMICA		336,37	16,0%	1.068,80	11,5%	10,5%
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS		75,08	9,3%	241,26	2,6%	3,8%
PRODUTOS FARMACÊUTICOS		103,12	4,6%	313,37	3,4%	5,6%
QUÍMICA		111,66	23,7%	310,25	3,3%	25,8%
SERV.DE COMUNICAÇÃO		627,49	7,2%	1.891,50	20,3%	8,9%
SERV.DE TRANSPORTE		32,68	11,3%	99,74	1,1%	-5,0%
SUPERMERCADOS		145,97	9,3%	472,94	5,1%	11,0%
TÊXTIL/VESTUÁRIO		68,01	0,4%	223,55	2,4%	4,2%
TRANSPORTE MÁRIO		106,02	29,2%	294,69	3,2%	28,0%
OUTROS		478,83	48,6%	1.324,00	14,2%	34,6%
TOTAL		3.125,45	16,8%	9.318,50	100,0%	12,4%

Dentre os setores que mais contribuíram para o aumento de R\$ 932,32 milhões no recolhimento total do ICMS (+12,5%) no primeiro semestre estão Metalurgia e Siderurgia, com um incremento de R\$117,97 milhões (+57,78%), explicado em parte pelo aumento de importações do setor; Serviços de Comunicação, com R\$154,77 milhões (+7,2%), e Indústria Petrolífera/Petroquímica, com R\$101,79 milhões (+16,0%). A arrecadação do setor de energia elétrica caiu R\$ 31,08 milhões (-2,0%) no semestre. Essa tendência, já notada no primeiro quadrimestre, se deve em boa parte à redução da tarifa de energia elétrica dos consumidores cativos determinada pela ANEEL. Essa redução deve-se a vários fatores, inclusive a conclusão das compensações às distribuidoras decididas à época da crise energética de 2001. Além disso, parte da antiga receita do setor de energia agora é consolidada com a receita dos consumidores livres, em seus respectivos setores. Assinale-se que no âmbito dos consumidores cativos os esforços de algumas distribuidoras para a redução do

consumo ilegal, inclusive via medição eletrônica, tem trazido resultados importantes para a arrecadação do ICMS. Um trabalho sistemático SEFAZ-RJ no acompanhamento dos consumidores livres também deverá trazer resultados para a arrecadação do ICMS, ajudando a reverter desvios encontrados em alguns casos quando da transição para o novo marco.

O crescimento da arrecadação total do ICMS próximo a 10% reflete, em grande parte, a dinâmica relativamente modesta de alguns grandes contribuintes. De fato, ao se analisar o crescimento da arrecadação por faixa de tamanho das empresas, verifica-se que, excluindo-se as 50 maiores empresas, cuja arrecadação cresceu apenas 6%, a maior parte das 1000 maiores empresas apresentou um crescimento na faixa de 15%-20%, ainda que—como observado acima, em algumas cadeias—especialmente na área de bens de consumo—empresas médias estejam crescendo abaixo do potencial (Quadro B).

Quadro B – Comportamento da arrecadação das 1000 maiores empresas

Faixa da Empresa	2007s1	2008s1	Part 2007S1	Part 2008S1	Var 2008/ 2007	Contrib ao Crescimento
Primeiras 50	5.916.392.652,90	6.272.620.515,99	76,2%	74,2%	6%	51,5%
51-100	544.573.223,62	633.821.189,10	7,0%	7,5%	16%	12,9%
1-100	6.460.965.876,52	6.906.441.705,09	83,2%	81,6%	7%	64,5%
101-200	495.538.468,10	574.502.935,47	6,4%	6,8%	16%	11,4%
201-300	259.545.773,73	309.048.278,30	3,3%	3,7%	19%	7,2%
301-400	159.159.809,50	185.429.398,41	2,0%	2,2%	17%	3,8%
401-500	112.585.561,73	138.228.540,20	1,4%	1,6%	23%	3,7%
501-600	83.676.896,20	110.575.968,25	1,1%	1,3%	32%	3,9%
601-700	65.308.853,83	79.185.186,36	0,8%	0,9%	21%	2,0%
701-800	52.592.237,49	56.308.071,85	0,7%	0,7%	7%	0,5%
801-900	42.785.072,31	56.566.396,34	0,6%	0,7%	32%	2,0%
901-1000	35.927.237,51	42.923.576,57	0,5%	0,5%	19%	1,0%
TOTAL	7.768.085.786,92	8.459.210.056,84	100,0%	100,0%	9%	100,0%

Uma conseqüência do crescimento diferenciado entre faixas de tamanho foi uma incipiente desconcentração da arrecadação, com a participação das 50 maiores empresas recuando de uma participação de 76,2% do total para 74,2%, e apresentando uma contribuição para o crescimento total da arrecadação (51,2%), abaixo da sua participação no “bolo” da receita.

Verifica-se uma redução na participação das 50 maiores empresas na receita do ICMS, o que mostra uma incipiente desconcentração da arrecadação.

Entre 2007 e 2008 houve também uma substancial variação de posições entre as empresas. Dentre as 1000 empresas com maior arrecadação no primeiro semestre de 2007, 185 deixaram essa lista. Destas, a maioria estavam colocadas entre as 700-1000 maiores, sendo que aproximadamente 120 empresas passaram a se colocar entre as 1001-2000 maiores, reduzindo suas contribuições em R\$ 41 milhões. As outras 60 empresas que deixaram o grupo de 1000 maiores de 2007 representaram principalmente casos de empresas que haviam apresentado picos de pagamentos por conta de entregas, ou empresas que fecharam.

Quadro C - Empresas que deixaram o grupo das 1000 maiores entre 2007(1º semestre e 2008 (1º semestre)

Faixa	nº de empresas	Perda de Receita
1-100	-	-
101-200	5	19.766.998
201-300	3	8.196.794
301-400	13	19.288.466
401-500	12	12.269.871
501-600	13	8.742.416
601-700	19	8.527.498
701-800	29	10.899.060
801-900	37	6.903.861
901-1000	54	5.967.681
Total	185	100.562.644

O imposto de renda sobre a folha dos servidores ativos e inativos e pensionistas do Estado teve um desempenho menos favorável no acumulado dos seis primeiros meses do ano, tendo crescido somente 1,2% (R\$ 5,27 milhões), o que se explica pelo dilatamento temporal do repasse da parcela do IRRF dos inativos e pensionistas para o Tesouro Estadual.

O IPVA apresentou crescimento de 9,7% (R\$ 86,83 milhões) no semestre, em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento foi maior que o crescimento de 6% no número de veículos cadastrados no Estado, refletindo a modernização e aumento de valor da frota.

O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações--ITD manteve a trajetória de crescimento já observada nos

dois primeiros bimestres, atingindo uma expansão de 36,1% sobre o primeiro semestre de 2007 (R\$ 31,34 milhões). Essa ampliação é resultado das medidas de cooperação técnica com a Receita Federal no caso das doações declaradas no Imposto de Renda de Pessoa Física (que são tributadas em 4% pelo Estado) e a simplificação do cálculo e do pagamento do imposto sobre bens imóveis, obtida ao longo de 2007⁶. O bom resultado das reformas nessa área aumentou o interesse da Fazenda de continuar modernizando a arrecadação desse imposto, também facilitando o seu pagamento pelo contribuinte.

Já as receitas de Taxas caíram no primeiro semestre de 2008 em 9,6% (-R\$23,18 milhões). Esse resultado negativo, no entanto, não deve ainda ser considerado final, pois se deve ao atraso no recolhimento as taxas de prevenção e extinção de incêndio para o mês de junho.

III.1.2 Receita Patrimonial e Royalties

A Receita Patrimonial alcançou R\$ 3.883,40 milhões do primeiro semestre de 2008 (Tabela 7), aumentando em R\$ 1,223,01 milhões (+46%) em relação ao mesmo período do ano passado. Neste grupo, destacam-se os aumentos das participações governamentais na produção de petróleo e gás em R\$ 721,54 milhões (34,8%) e da receita decorrente do resgate dos Certificados Financeiros do Tesouro (CFT's), cujo aumento foi de R\$ 447,27 milhões (101,5%). O aumento da receita de Royalties e Participações Especiais (PE) deve-se principalmente à alta

A arrecadação do ITD cresceu 36,1% em relação ao primeiro semestre de 2007, ainda refletindo a cooperação com a Receita Federal na tributação de doações e a simplificação e automação da avaliação e pagamento do imposto devido sobre a transmissão de imóveis

Tabela 7

RECEITA PATRIMONIAL

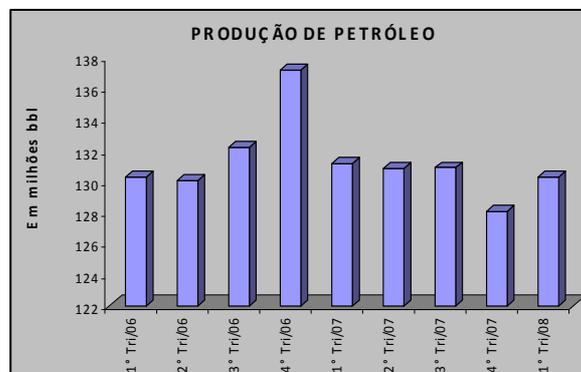
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-JUN 2007/ JAN-JUN 2008

R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	var %
	Jan-Jun	Jan-Jun	
RECEITA PATRIMONIAL	2.660.386	3.883.396	46,0%
Petróleo	2.074.200	2.795.742	34,8%
Royalties	740.476	1.003.108	35,5%
Participação Especial	1.332.895	1.791.460	34,4%
FEP	829	1.174	41,5%
CFT's	440.855	888.127	101,5%
Aplicações Financeiras	122.427	170.009	38,9%
Demais Receitas Patrimoniais	22.904	29.518	28,9%

⁶ A arrecadação do ITD (Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e por Doação de Quaisquer Bens e Direitos) cresceu 39% ao longo de 2007, especialmente no segundo semestre. O crescimento da receita decorrente de transações com bem móveis se explica principalmente pela tributação das doações. O crescimento do tributo sobre bens imóveis (que corresponde a 2/3 do recolhimento do imposto), se deveu à simplificação do processo obtida com as novas regras para pagamento do ITD estabelecidas pela Secretaria de Fazenda e pela Procuradoria Geral do Estado no começo de 2007. No segundo semestre, houve ainda a implantação de um sistema de informática que permite agilizar o cálculo e pagamento do tributo via internet, que foi resultado de parceria entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e a Secretaria de Fazenda do Estado do RJ. Este sistema deve ser expandido a outras municipalidades que manifestem interesse e tenham bancos de dados do valor dos imóveis em base eletrônica.

sustentada do preço do barril de petróleo. A receita de royalties cresceu 35,5% em relação ao primeiro semestre de 2007, enquanto que a de Participações Especiais—PE cresceu apenas 34,4%⁷. O crescimento relativo das PE em relação aos royalties diverge do esperado nesse tipo de tributação, que normalmente é não linear em relação ao preço de venda do produto. Especificamente, como a PE é calculada sobre a diferença entre valor de venda da produção e seus custos, tipicamente a sua base de cálculo tem elasticidade muito acima da unitária—ou seja, a arrecadação tende a crescer a taxas maiores do que o aumento do preço do produto, que em reais foi de 30,7% (Quadro D).⁸

Gráfico 3

Quadro D – Variação dos parâmetros de cálculo da PE (data-base do 1º semestre de 2008)

	4ºT/06	1ºT/07	2ºT/07	3ºT/07	4ºT/07	1ºT/08	Var 4ºT	Var 1ºT	Var 1ºS
Dólar Médio (R\$/US\$)	2,15	2,11	1,98	1,92	1,78	1,74	-17%	-18%	-17,4%
Preço do Brent (US\$/bbl)	59,68	57,75	68,76	74,87	88,69	96,9	49%	68%	58,2%
Preço do Brent (R\$/bbl)	128,312	121,8525	136,1448	143,7504	157,8682	168,606	23%	38%	30,7%
Produção Pagadora RJ (Mboed)	1.470	1.419	1.416	1.413	1.392	1.418	-5%	0%	-2,7%
PE Paga (MMR\$) RJ	729	604	693	773	840	951	15%	57%	34,4%

Fonte: ANP

O crescimento da PE na esteira de um aumento do preço do petróleo pode ser deprimido se houver uma disparada nos custos de produção ou um efeito de composição em que os campos maiores apresentem queda de produção acentuada em relação à média da produção da bacia. No período recente, tem havido uma substancial queda na produção dos maiores campos, apenas parcialmente compensada pelo aumento de produção de campos como Roncador, onde foram instaladas duas novas plataformas no final de 2007 (Quadro E). Aqueles são os campos de maior margem (participação especial/receita líquida), não obstante também se estar verificando uma diminuição

As Participações Especiais apresentaram baixa elasticidade em relação à subida de preço do petróleo, o que pode surpreender neste tipo de compensação financeira

⁷ No semestre não se observa o desequilíbrio típico do quadrimestre, quando há proporcionalmente mais parcelas de royalties do que de PE—facilitando as comparações.

⁸ A produção em Nov 2008-Abr 2008 caiu em relação ao mesmo período do ano anterior, não obstante a suspensão da produção no começo de 2007 em virtude da necessidade de manutenção das plataformas no campo de Marlin.

desta margem, o que sugere certo descompasso entre crescimento de custos e valor da produção.

Quadro E - Produção e Pagamento de Participações Especiais nos Principais Campos do Rio de Janeiro

	PRODUÇÃO				Participações Especiais		
	2008S1 Mboe	2007S1 Mboe	Variação	Contribuição ao Crescimento	Variação	Margem 2007S1	Margem 2008S1
Marlim	752.064	769.575	-2,28%	-0,56%	56,1%	31,4%	31,2%
Marlin Sul	320.880	384.440	-16,53%	-2,04%	-0,5%	22,9%	19,5%
Barracuda	315.300	334.607	-5,77%	-0,62%	27,7%	20,3%	19,1%
Albacora	304.122	328.041	-7,29%	-0,77%	27,7%	19,9%	18,4%
Caratinga	200.089	287.810	-30,48%	-2,81%	-38,9%	17,4%	11,1%
Albacora	215.855	256.850	-15,96%	-1,31%	-14,2%	15,5%	12,5%
Roncador	272.708	194.607	40,13%	2,50%	233,5%	10,6%	16,0%
Marimbá	101.512	99.241	2,29%	0,07%	70,8%	3,7%	3,8%
Namorado	45.312	73.967	-38,74%	-0,92%	-85,7%	4,4%	1,4%
Pampo	21.522	47.456	-54,65%	-0,83%	-85,4%	1,2%	0,2%
Carapeba	44.862	46.572	-3,67%	-0,05%	4,7%	1,0%	0,6%
Cherne	46.409	40.888	13,50%	0,18%	3504,0%	0,1%	1,0%
Espadarte	75.797	25.495	197,30%	1,61%	n.a.	0,0%	7,8%

Fonte: ANP

A diminuição da margem líquida em alguns campos se evidencia também por custos de produção (amortização e custos correntes) que não se reduziram proporcionalmente à produção. Esse fenômeno pode ser ilustrado pelo caso do campo de Marlim Sul, onde os gastos dedutíveis vêm se mantendo em patamar rígido, enquanto a produção do primeiro semestre de 2008 encolheu em 17% em relação à de igual período de 2007 (Quadro F).

Houve forte diminuição da produção em alguns campos de alta alíquota efetiva, com aumento em campos de baixa alíquota, além de uma tendência de aumento dos custos deduzidos como proporção da produção

Quadro F - Cálculo da Alíquota das Participações Especiais do Campo de Marlim Sul (2007-2008)

	4º trim 06	1º trim 07	2º trim 07	3º trim 07	4º trim 07	1º trim 08	Variação 1º sem.08/ 1º sem.07
A. Produção (boed)	196.019	188.421	184.201	178.993	169.998	150.882	-17%
B. Preço Ref (R\$/m3)	627	585	664	724	810	837	36%
C. Receita Bruta (MMR\$)	1.705	1.528	1.674	1.775	1.879	1.732	12%
D. Gastos Dedutíveis (MMR\$)	592	550	567	569	600	557	1%
E. Receita Líquida (MMR\$)	1.113	978	1.110	1.206	1.279	1.175	17%
F. PE (MMR\$)	258	220	245	259	263	215	0%
Alíquota Bruta (F/C)	15%	14%	15%	15%	14%	12%	-10%
Margem (F/E)	23%	22%	22%	21%	21%	18%	-12%

Fontes: ANP e SEFAZ-RJ

Não obstante a combinação, provavelmente transitória, de redução da margem de boa parte dos campos e queda na

produção dos maiores campos—que tem levado a uma produção global de dinamismo menor que no passado (-2,7%), a expectativa de arrecadação da PE na segunda metade de 2008 é favorável, enquanto o preço do Brent se mantiver acima de US\$ 115 por barril.

A receita do resgate dos títulos públicos denominados CFT é convencionalmente incluída entre as receitas correntes, apesar de resultar de uma troca de ativos. Ela é resultado de uma operação com o Tesouro Nacional estabelecida em 1999, pela qual o Estado obteve ativos financeiros do Tesouro (os CFTs) contra um fluxo de pagamentos respaldados pela receita de participações governamentais sobre a produção de petróleo e gás natural, em operação que se estende até 2014.⁹ Os recursos obtidos com o resgate dos CFT cresceram bastante neste primeiro semestre, tanto por conta da aceleração no cronograma de resgate desses títulos acertada com a União em 2007, quanto porque o valor de resgate desses certificados é indexado ao IGP, que teve forte aumento a partir do final de 2007.

O retorno das aplicações financeiras, por seu lado, aumentou em 47,58 milhões (+38,9%), fruto do trabalho de ordenamento do fluxo de caixa estadual, com a implantação da cota financeira.

III.1.3 Receita de Transferências

A receita de transferências foi de R\$ 1.920,56 milhões nesse primeiro semestre de 2008, representando 29,0% a mais do que em 2007. Esta elevação pode ser explicada em parte pelo aumento significativo das transferências relativas ao SUS (28,2%), cujo peso é de 15,7% no total

A receita de CFT teve um crescimento acumulado no semestre de 101%, sendo o item da Receita Patrimonial que mais cresceu, em decorrência da antecipação do cronograma de resgate desses títulos e aumento desse valor de resgate em função da aceleração do seu indexador—o IGP .

⁹ Assinale-se que a receita de Royalties e Participações Especiais vinculada contratualmente ao pagamento da compra destes títulos não é descontada das receitas correntes líquidas do Estado, estando esse pagamento apenas consignado como uma das despesas do Estado. Ou seja, a Receita Corrente Líquida do Estado inclui a receita patrimonial usada para a permuta dos CFTs e o valor do resgate escalonado desses mesmos títulos.

das transferências. A receita de retorno do FUNDEB cresceu 49,8% em relação ao primeiro semestre de 2007. Esse crescimento tem como origem a ampliação das vinculações das receitas de tributo e transferências vinculados ao fundo¹⁰. Deve-se ressaltar, entretanto que o aumento desta receita deve-se parcialmente ao próprio aumento das contribuições do Estado ao Fundo (+35,9%, que correspondem a R\$356,15 milhões), a partir da ampliação de seu escopo para financiar a educação pré-escolar e o ensino médio, ao invés de apenas o ensino fundamental.

A principal transferência da União para o Estado é o Fundo de Participação dos Estados-FPE¹¹ (32% do total de transferências da União). Este cresceu 23,9% (R\$ 70,19 milhões) no semestre, em consequência do significativo aumento da arrecadação pela União do imposto de renda e do IPI (com destaque para o IPI-automóveis) nos primeiros meses do ano, acima da expectativa de crescimento nominal do PIB. O IPI Exportação teve um incremento ainda mais forte, alcançando 34,7% (R\$ 65,17 milhões), também explicado pela melhora na arrecadação federal.

No acumulado do ano, as transferências do Salário Educação cresceram 14,9%. Por outro lado, a CIDE cresceu menos de 3%, sendo esse fraco desempenho explicado pela redução em sua alíquota determinada pela União, com o intuito de controlar alguns agregados macroeconômicos. Esse panorama deverá reproduzir-se nos próximos meses, como já assinalado no boletim passado.

Tabela 8
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-JUN 2007/ JAN-JUN 2008

R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	var %
	Jan-Jun	Jan-Jun	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	1.488.833	1.920.559	29,0%
Transf da União	963.182	1.141.140	18,5%
FPE	293.879	364.075	23,9%
IPI exp	187.954	253.127	34,7%
IOF	39	37	-4,2%
CIDE	46.936	47.997	2,3%
SUS	235.490	301.870	28,2%
Salário Educação	105.779	121.556	14,9%
Lei Kandir	42.888	42.888	0,0%
Demais Transf. da União	50.217	9.591	-80,9%
FUNDEB	479.218	717.685	49,8%
Convênios	46.190	60.321	30,6%
Outras Transf. Correntes	243	1.412	480,6%

Houve aumento de receitas e contribuições para o FUNDEB, com aumento da “perda líquida” do Estado, ou seja da contribuição líquida para o financiamento do ensino a cargo dos municípios

¹⁰ A Emenda Constitucional Nº 53/2006 aumentou as vinculações dos tributos e transferências antes associados ao FUNDEF (ICMS, FPE, IPI-exp e Lei Kandir) e incorporou outras receitas tributárias como fonte de financiamento (IPVA e ITD), com evolução progressiva em três anos, chegando a 2009 com uma vinculação de 20% para todos os tributos.

¹¹ A composição do FPE é de 21,5% do Imposto de Renda (Pessoa Física e Jurídica) e 21,5% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A participação dos Estados no FPE é fixada pela Lei Complementar nº 62/89. No caso do Rio de Janeiro, esta é de 1,5277%.

As receitas de convênios totalizaram R\$ 60,32 milhões no primeiro semestre, o que representa uma elevação de 30,6% relativamente ao mesmo período do ano passado. Verifica-se, portanto, uma recuperação com relação ao resultado do primeiro quadrimestre, quando o atraso na aprovação do orçamento da União se refletiu num resultado baixo de transferência de convênios.

III.1.4 Demais Receitas Correntes

Registra-se em Demais Receitas Correntes uma queda de 13,6% (-R\$388,48 milhões) no semestre (Tabela 9), explicada em sua maior parte pela não-repetição de eventos da magnitude da venda da folha de pagamentos efetuada em junho de 2007 e que levantou R\$750 milhões em Receitas Diversas. Excetuando-se esse fator, as Demais Receitas Correntes aumentaram em 17,1% relativamente ao mesmo período do ano passado, e as Receitas Diversas elevaram-se em 82%.

Entre as receitas de serviços, destacam-se as da CEDAE¹². Estas ainda se mesclam com as outras receitas do orçamento do Estado e correspondem a aproximadamente 70% das Receitas de Serviço do Estado (o restante refere-se principalmente à receita do Detran com exames e vistorias). As receitas da CEDAE tiveram incremento de 29,4% em relação a 2007, com aumento de R\$259,88 milhões no primeiro semestre de 2008.

III.2 Receitas de Capital

As receitas de capital, que incluem o desembolso de empréstimos, alcançaram R\$271,49 milhões no primeiro

Tabela 9

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-JUN 2007/ JAN-JUN 2008

750.000.000

R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	var %
	Jan-Jun	Jan-Jun	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	2.865.382	2.476.901	-13,6%
Receita de Contribuições	398.787	380.793	-4,5%
Receita Agropecuária	11	12	9,9%
Receita Industrial	35.982	41.926	16,5%
IMPRESA OFICIAL	35.737	42.932	20,1%
Receita de Serviços	1.336.011	1.595.364	19,4%
CEDAE	885.312	1.145.201	29,4%
Dívida Ativa, Multas e Restituições	207.237	208.826	0,8%
Receitas Diversas	887.354	249.979	-71,8%

A base de cálculo de 2007 das demais receitas correntes deve ser ajustada para o evento da venda da folha ocorrida em junho daquele ano. Com esse ajuste, houve crescimento de 17,1% nessas receitas.

¹² A receita da CEDAE, que é uma empresa de economia mista, ainda considerada dependente, representa 6% da receita total do Estado, e aproximadamente 9% da Receita Corrente Líquida. A principal contribuição do Estado para a CEDAE nos últimos anos tem sido através de transferências do financiamento de seu investimento com recursos do FECAM. Recentemente, o Estado regularizou suas relações com a empresa, passando a pagar pelos serviços que consome.

quadrimestre de 2008, o que significa um aumento de R\$ 122,65 milhões (+82,4%) em relação mesmo período de 2007. Os desembolsos das operações de crédito totalizaram R\$103,63 milhões no período, sendo R\$61,38 milhões referentes às obras de expansão do metrô, financiadas pelo BNDES, R\$39,25 milhões do Programa Estadual de Transporte – PET (investimento em trens), financiado pelo Banco Mundial, e R\$3,0 milhões do Programa de Modernização das Administrações Estaduais (PMAE), também de recursos vindos do BNDES.

As receitas com alienação de bens são por sua natureza de caráter pontual, não constituindo um bom indicador na análise das finanças estaduais. No primeiro semestre de 2008, a receita com alienação de bens foi de apenas R\$ 37 mil no acumulado do ano, abaixo dos também modestos R\$ 768 mil verificados no primeiro semestre do ano anterior.

Por fim, a receita com amortização de empréstimos, proveniente do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FUNDES¹³, foi de R\$ 60,73 milhões (+222,5%) durante o primeiro semestre. A recuperação dos valores emprestados é em parte destinada ao orçamento do Estado, o restante sendo vinculado ao RioPrevidência, constituindo-se em uma de suas receitas próprias para garantir futuras aposentadorias.

III.3 O Conselho de Contribuintes

A produtividade do Conselho de Contribuintes se manteve constante no período. No Tópico Especial, pg. 54, dois quadros mostram a evolução dessa produtividade. É importante destacar o lançamento da página do Conselho de Contribuintes (www.conselho.fazenda.rj.gov.br), onde poderão ser obtidas maiores informações.

Tabela 10

RECEITA DE CAPITAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-JUN 2007/ JAN-JUN 2008

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	var %
	Jan-Jun	Jan-Jun	
RECEITAS DE CAPITAL	148.844	271.495	82,4%
Operações de Crédito	46.243	103.638	124,1%
Alienação de Bens	768	37	-95,1%
Amortiz. de Empréstimos	18.831	60.736	222,5%
Transferências de Capital	83.002	104.345	25,7%
Outras Receitas de Capital		2.738	-

As receitas por alienação de bens somaram apenas R\$ 37 mil na primeira metade de 2007

¹³ Fundes – Fundo especial destinado criar melhores condições para atração de investimentos para o Estado do Rio de Janeiro.

IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro

A despesa do Governo do Estado do Rio de Janeiro no primeiro semestre de 2008 atingiu R\$18,19 bilhões, representando um crescimento de 12,8% em relação ao mesmo período de 2007, ajustado para as despesas intra-orçamentárias. Esta despesa representa 45,6% do orçamento anual previsto e uma certa aceleração no ritmo da execução em 2008 (Tabela 11).

O bom ritmo de execução dos recursos no primeiro semestre de 2008 reflete, em parte, os efeitos de medidas de administração orçamentária e financeiras adicionais adotadas em 2008. Especificamente, todos os órgãos do ERJ passaram a receber uma cota orçamentária e uma cota financeira, o que lhes dá autonomia e segurança no gasto, mas lhes requer maior planejamento dos mesmos.¹⁴

O aumento geral da despesa de 13% (Tabela 12) distribuiu-se entre os Poderes de maneira relativamente homogênea, afora pelo Judiciário, cujas despesas cresceram em ritmo menor. O As despesas do Ministério Público cresceram 17,2% (R\$34,48 milhões) sendo concentradas em manutenção, reaparelhamento e expansão das suas atividades. Os aumentos da ALERJ e do TCE refletem essencialmente despesas com pessoal.

IV.1 Despesa por fonte de recurso

O Tesouro Estadual arcou com R\$12,69 bilhões das despesas do Estado no primeiro semestre, enquanto R\$5,49 bilhões constituíram-se de Recursos de Outras Fontes. Os recursos do Tesouro cresceram 11,3% em relação ao primeiro semestre de 2007, enquanto os Recursos de Outras Fontes cresceram 16,4% (Tabela 13).

Tabela 11

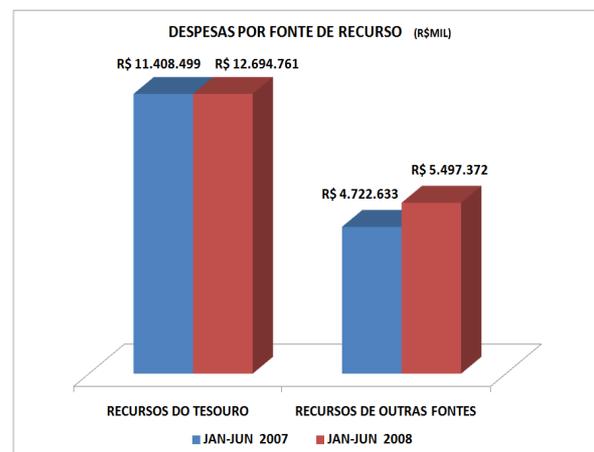
DESPESA LIQUIDADADA / PREVISTA - ERJ JAN-JUN2007 / JAN-JUN 2008			
R\$ MIL			
ANO	LIQUIDADADA JAN-JUN	PREVISTA LOA ANUAL	% LIQUIDADADO NO PERÍODO
2007	16.131.132	36.753.800	43,9%
2008	18.192.132	39.879.143	45,6%

**As despesas atingiram R\$
18,19 bilhões no primeiro
semestre, crescendo 12,8%
em relação a 2007**

Tabela 12

DESPESA POR PODERES - ERJ JAN-JUN 2007 / JAN-JUN 2008			
R\$ MIL			
DISCRIMINAÇÃO	JAN-JUN 2007	JAN-JUN 2008	Δ %
PODER EXECUTIVO	14.741.618	16.705.419	13,3%
ALERJ	195.663	216.018	10,4%
TCE	134.477	153.202	13,9%
TJ	858.712	882.352	2,8%
MP	200.661	235.140	17,2%
SUBTOTAL	16.131.132	18.192.132	12,8%
DESP. INTRA-ORÇAMENTÁRIA	608.255	724.878	19,2%
TOTAL GERAL	16.739.387	18.917.010	13,0%

Gráfico 5



¹⁴ A despesa é analisada pela ótica da liquidação nesta seção. Como se observa cotejando a Tabela 2, o valor liquidado é um pouco maior que o valor pago—em parte pela data de corte usada —e pelo fato de que entre a liquidação, emissão do pedido de desembolso e pagamento há um espaço de, em média, duas semanas.

As despesas financiadas por Impostos aumentaram 19,4%, refletindo entre outros fatores o forte aumento do apoio do Tesouro às ações de saúde (Tabela 13). O aumento no uso dos recursos “Ordinários não provenientes de impostos” e a redução no uso da Indenização pela Extração de Petróleo (parte da Fonte 04) devem ser analisados considerando o aprimoramento orçamentário ocorrido na segunda metade de 2007, quando se deixou de fazer certos pagamentos da dívida pública usando esta fonte. A Fonte 04 está em sua maior parte destinada ao RioPrevidência. Já, a queda na participação do “Salário-Educação” se explica basicamente pela transferência do pagamento de despesas de merenda escolar, vigilância e policiamento e serviços de asseio e higiene para a fonte 22 (FECP), atendendo dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e resultando no aumento de 39,2% nesta fonte.

O crescimento das despesas financiadas por “Outras Fontes” se explica pela crescente aplicação de recursos próprios do Fundo Único de Previdência Social no pagamento de suas obrigações. Entre estes recursos se destacam as contribuições dos servidores e patronais, ativos financeiros com resgate programado (CFT) e receita de royalties e participações especiais. Também é proeminente a expansão do FUNDEB. Por outro lado, o aumento de arrecadação da CEDAE não se vê totalmente refletido na tabela de despesa por fonte, visto que parte desse aumento vem sendo usada para formar reserva que possibilite enfrentar os significativos passivos e passivos contingentes identificados pela empresa. Não obstante, as despesas da CEDAE pagas com a fonte 10 subiram a R\$796,7 milhões no primeiro semestre de 2008 (17,7% do total das despesas financiadas por esta fonte). Destes, R\$10,17 milhões (1,2% do total) foram para investimentos. Dentre os investimentos da empresa, R\$6,69 milhões correspondem à aplicação dos recursos do FECAM (receitas de royalties, etc.), destinados às obras de complementação do esgotamento sanitário na Barra da Tijuca, Recreio e Jacarepaguá e na Estação de Tratamento de Esgoto de Alegria (Anexo 12). As despesas de pessoal da empresa

Tabela 13

DESPESAS POR FONTE DE RECURSO*			
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-JUN 2007 / JAN-JUN 2008			
	R\$MIL		
DISCRIMINAÇÃO	JAN-JUN 2007	JAN-JUN 2008	Δ %
RECURSOS DO TESOURO	11.408.499	12.694.761	11,3%
00 - ORDINÁRIOS PROVEN. IMPOSTOS	7.565.269	9.033.429	19,4%
01 - ORDINÁRIOS NÃO PROVEN. IMPOSTOS	175.258	745.265	325,2%
04 - INDENIZAÇÃO PELA EXTR. DO PETRÓLEO	2.757.964	1.911.053	-30,7%
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	78.072	44.016	-43,6%
06 - FUNDO DE PARTICIP. DOS ESTADOS	280.375	262.344	-6,4%
11 - OP. DE CRÉDITO ATRAVÉS DO TESOURO	81.168	54.255	-33,2%
22 - ADICIONAL DO ICMS - FECP	445.882	620.452	39,2%
DEMAIS FONTES DO TESOURO	24.510	23.947	-2,3%
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	4.722.633	5.497.372	16,4%
10 - ARRECAD. PRÓPRIA - ADM. INDIRETA	3.910.766	4.488.968	14,8%
12 - CONVÊNIOS - ADM. DIRETA	98.401	54.780	-44,4%
13 - CONVÊNIOS - ADM. INDIRETA	28.759	38.549	34,0%
15 - FUNDEB	432.776	632.156	46,1%
25 - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	209.955	234.712	11,8%
DEMAIS FONTES DE RECURSOS	41.976	48.227	14,9%
TOTAL GERAL	16.131.132	18.192.132	12,8%

*Exclui despesas intra-orçamentárias

O crescimento das despesas financiadas por “Outras Fontes” se explica pela crescente aplicação de recursos próprios do RioPrevidência em função da garantia das contribuições patronais e vinculação dos royalties ao Fundo Único de Previdência Social

A despesa da CEDAE somou R\$ 796,7 milhões, dos quais R\$ 10,17 milhões em investimentos financiados por receitas próprias e pelo FECAM (R\$ 6,69 milhões)

somaram R\$ 279,59 milhões; as de custeio R\$ 358,26 milhões; e os juros e amortização da dívida R\$ 130,17 milhões.

Ainda como parte da fonte 10, destaca-se a aplicação da receita do DETRAN, que alcançou R\$147,98 milhões (3,3% do total da fonte 10). Esses recursos, além de atenderem as despesas do órgão, financiam atividades específicas da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESEG) e da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (SEAP), de acordo com convênio que prevê transferências ao longo de 2008 no valor estimado de R\$190 milhões. Tais recursos estão destinados ao reaparelhamento das unidades de segurança e modernização e expansão do sistema penitenciário, tendo a despesa liquidada no primeiro quadrimestre com esse objetivo alcançado R\$90,05 milhões (Anexo13).

As transferências ao FUNDEB cresceram 35,9% (R\$356,15 milhões) no primeiro semestre de 2008. O aumento expressivo é decorrente não só do bom desempenho da arrecadação tributária neste período, mas também da elevação dos percentuais de repasse dos tributos e transferências que compõem a base de cálculo do FUNDEB. (Tabela 14). O financiamento pelo Estado da educação básica a cargo dos municípios (a "perda líquida") aumentou 23,2%, saltando para R\$ 630,79 milhões no primeiro semestre de 2008.

IV. 2 Despesa por grupo

A despesa com pessoal cresceu 9,3% em relação ao primeiro semestre de 2007 (Tabela 15). Isto reflete em parte o aumento de salário dado pelo atual governo e aquele herdado pelas autorizações votadas em meados de 2006. As Despesas Correntes cresceram 18,5%, principalmente por conta do aumento das despesas com transferências ao FUNDEB, ainda que percentualmente o crescimento das despesas de custeio do MP (72,5%) seja proeminente.

Tabela 14

FUNDEB ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-JUN 2007 / JAN-JUN 2008			
R\$ MIL			
DISCRIMINAÇÃO	JAN-JUN 2007	JAN-JUN 2008	Δ %
TRANSFERÊNCIA (A)	992.323	1.348.474	35,9%
RETORNO (B)	480.303	717.685	49,4%
PERDA LÍQUIDA (C) = (A) - (B)	512.020	630.789	23,2%

Tabela 15

DESPESAS POR GRUPO* ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-JUN 2007 / JAN-JUN 2008			
R\$ MIL			
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	VAR %
	JAN-JUN	JAN-JUN	
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.145.570	7.812.056	9,3%
1.1 - EXECUTIVO	2.940.358	3.307.936	12,5%
1.2 - ALERJ	165.767	186.489	12,5%
1.3 - TCE	123.762	142.308	15,0%
1.4 - TJ	685.191	687.865	0,4%
1.5 - MP	169.483	186.421	10,0%
1.6 - INATIVOS E PENSIONISTAS	2.818.090	3.048.588	8,2%
1.7 - PREVI-BANERJ	236.608	246.061	4,0%
1.8 - REFER	6.310	6.388	
2 - JUROS ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.566.015	1.668.833	6,6%
3 - DESPESAS CORRENTES**	7.072.229	8.379.439	18,5%
3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	2.026.952	2.515.874	24,1%
3.1.1 - EXECUTIVO	1.823.744	2.280.927	25,1%
3.1.2 - ALERJ	28.098	27.460	-2,3%
3.1.3 - TCE	10.080	9.977	-1,0%
3.1.4 - TJ	141.330	156.617	10,8%
3.1.5 - MP	23.700	40.892	72,5%
3.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.045.276	5.863.566	16,2%
3.2.1 - ENCARGOS COM A UNIÃO / INDENIZAÇÃO DE ROYALTIES (EGE)	1.573.109	1.704.190	8,3%
3.2.2 - TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB	992.323	1.348.474	35,9%
3.2.3 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	2.479.844	2.810.902	13,3%
4 - INVESTIMENTOS	340.667	304.638	-10,6%
4.1 - EXECUTIVO	298.565	255.955	-14,3%
4.2 - ALERJ	1.798	2.069	15,1%
4.3 - TCE	635	917	44,6%
4.4 - TJ	32.191	37.869	17,6%
4.5 - MP	7.478	7.827	4,7%
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	6.650	27.167	308,5%
TOTAL GERAL	16.131.132	18.192.132	12,8%

*Exclui despesas intra-orçamentárias

** Exclui despesas com inativos e pensionistas, previ-banerj e REFER consideradas no grupo de despesas correntes

IV. 2. 1 Despesa de Pessoal ¹⁵

Os gastos com pessoal, incluindo inativos e pensionistas (R\$3,04 milhões), pagamento de beneficiários do Fundo Previ-Banerj (R\$246,06 milhões) e o parcelamento da dívida da REFER (R\$ 6 milhões), cresceram 9,3% em relação a 2007, alcançando R\$ 7,81 bilhões no primeiro semestre de 2008.

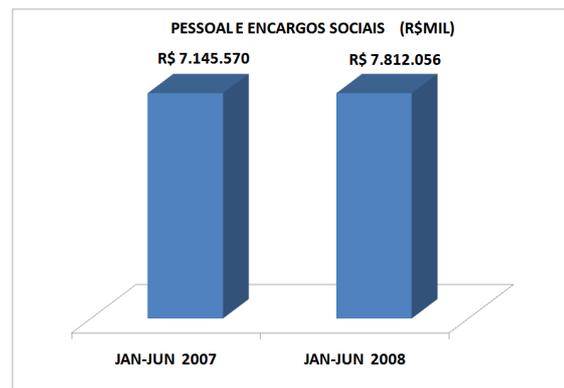
A participação de Inativos e Pensionistas no crescimento de R\$666,48 milhões na folha de pessoal alcançou R\$230,49 milhões (8,2%) em relação à primeira metade de 2007 (Tabela 16).

O aumento de R\$367,57 milhões (12,5%) no Executivo concentrou-se na educação, saúde e segurança, refletindo também os efeitos continuados dos planos de cargos e salários concedidos de forma parcelada em 2006, com término previsto para agosto de 2008, assim como o aumento de 4% concedido em 2007 para as áreas de saúde, educação e segurança. Além disso, o crescimento da folha na área de educação reflete a reclassificação das despesas com gratificação do Nova Escola que eram contabilizadas em investimentos e passaram para o grupo de pessoal, seguindo orientação do TCE.

IV.2.2 Despesas Correntes

No primeiro semestre de 2008, as despesas correntes apresentaram um crescimento de 18,5% em relação a 2007. A variação em sua maior parte decorreu do aumento das despesas com transferências aos municípios, que somaram R\$2,81 bilhões, e das transferências ao FUNDEB, que somaram R\$1,34 bilhões. O aumento das transferências para municípios, da ordem de mais de R\$ 350 milhões decorreu da melhor arrecadação no período.

Gráfico 6



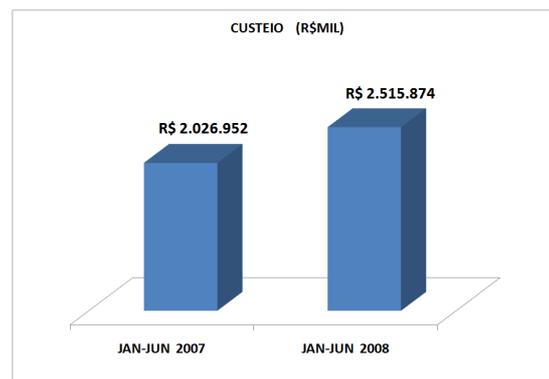
O Estado honrou os aumentos salariais votados para algumas carreiras em 2006 e o aumento da saúde, educação e segurança efetivado em 2007

Tabela 16

TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS E AO FUNDEB ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-JUN 2007 / JAN-JUN 2008			
	R\$MIL		
DISCRIMINAÇÃO	JAN-JUN 2007	JAN-JUN 2008	Δ %
ICM/ICMS	1.867.170	2.100.092	12,5%
IPVA	446.967	490.371	9,7%
IPI	46.988	63.282	34,7%
ROYALTES	106.985	145.159	35,7%
CIDE	11.734	11.999	2,3%
TOTAL P/ MUNICÍPIOS	2.479.844	2.810.902	13,3%
TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB	992.323	1.348.474	35,9%
TOTAL GERAL	3.472.168	4.159.376	19,8%

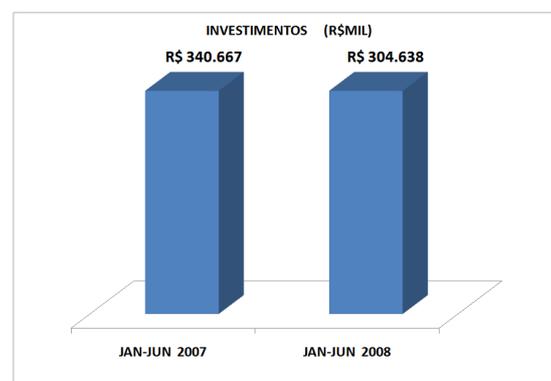
¹⁵ Na análise de Pessoal foram consideradas as despesas com Ativos e Inativos, Previ-BANERJ e REFER, embora estejam classificados como despesas correntes.

As despesas de custeio cresceram 24,1%, totalizando neste primeiro semestre R\$2,51 bilhões, ou seja, R\$488,92 milhões a mais do que em 2007. Em parte esse crescimento se explica pelas receitas mais vigorosas e pela diminuição do contingenciamento estabelecido para garantir as metas fiscais, o qual declinou de R\$451,7 milhões em 2007, para R\$250 milhões em 2008. Além disso, o aumento do custeio em R\$457,18 milhões no Executivo é explicado, em parte, pela implantação de novas Unidades de Pronto Atendimento-UPAs pela Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil.

Gráfico 7


IV.2.3 Investimentos

No primeiro semestre do ano as despesas com investimentos somaram R\$ 304,63 milhões. Trata-se de aumento de 5%, quando se considera a reclassificação do Programa Nova Escola como despesa de pessoal a partir de maio. No primeiro semestre de 2007 investiram-se R\$ 340,67 milhões, dos quais R\$ 93,43 milhões do Programa Nova Escola¹⁶. Sobre a base bruta registra-se uma redução de R\$ 36,02 milhões (-10,6%), e sobre a base ajustada um aumento de R\$ 12,41 milhões.

Gráfico 8


Dentre os maiores investimentos ocorridos neste primeiro semestre é possível citar:

- obras da Linha 1 do Metrô (Estação Ipanema) com um total liquidado de R\$63,67 milhões;
- na área de saúde, R\$47,29 milhões, com destaque para a continuação das obras de construção do Hospital de São João de Meriti (R\$5,38 milhões), a celebração de convênio com a Prefeitura de Duque de Caxias para construção e equipamentos do Hospital Municipal Dr. Moacyr Rodrigues do Carmo (R\$30 milhões) e a implantação das UPA's 24 horas de Bangu, Campo Grande e Belford Roxo (dos quais foram liquidados R\$655,8 mil);

Os R\$ 45 milhões investidos no programa Nova Escola foram reclassificados como despesas de pessoal na Educação

¹⁶ No período Janeiro/Abril de 2008 as despesas do Programa Nova Escola participam com R\$ 45,10 milhões no grupo de investimentos.

- na Secretaria de Obras, R\$61,5 milhões, dos quais R\$23,72 milhões executados pelo DER, R\$10,16 milhões pela CEDAE e R\$19,98 milhões no Programa de Apoio aos Municípios – PADEM, realizados pela própria secretaria. No âmbito da programação de investimentos realizados pelo DER, R\$10 milhões destinaram-se à duplicação da Avenida Presidente Kennedy em Duque de Caxias, R\$4,6 milhões para pavimentação de diversos logradouros e R\$3,96 milhões para construção de ponte sobre o Rio Paraíba do Sul.

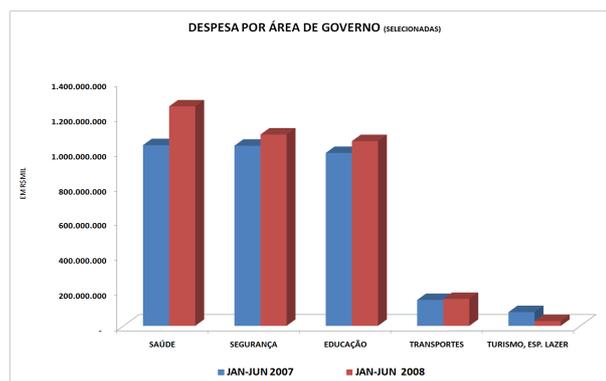
Os investimentos financiados com recursos do FECAM totalizaram R\$33,71 milhões no primeiro semestre de 2008, (Tabela 17). Dentre estes projetos se destacam a recuperação das bacias hidrográficas dos rios Iguaçu/Botas e Sarapuí e diversos projetos de recuperação e conservação de corpos hídricos, assim como os esforços de ampliação da rede de transporte eletrificada, com conseqüente redução de emissões de CO2 nas áreas urbanas. As obras da Estação de Tratamento de Esgotos de Alegria, cuja conclusão está prevista pela CEDAE para o quarto trimestre de 2008, absorveram R\$ 2,16 milhões.

IV.3 Despesa por área de governo

A principal área de despesa foi a saúde, que apresentou crescimento muito significativo na aplicação de recursos do Estado. A Educação e a Segurança também foram privilegiadas, enquanto a área de Esportes não repetiu os gastos associados ao XV Jogos Pan-Americanos efetuados em julho de 2007.

Tabela 17

INVESTIMENTOS FINANCIADOS COM RECURSOS DO FECAM ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-JUN 2008		RSML
DISCRIMINAÇÃO	JAN-JUN 2008	
CEDAE - ETE Alegria	2.164	
CEDAE - Saneamento Barra/Recreio/Jacarepagua	4.491	
CEDAE - Rede e Elevatórias no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas	36	
CENTRAL - Melh. Trens Suburbanos	5.350	
RIOTRILHOS - Linha 1 Metrô / Est. Ipanema	6.528	
Projeto recuperação bacias hidrográficas rios Iguaçu/Botas e Sarapui - SERLA/CEHAB/PAC	2.124	
SERLA - Projetos diversos de recuperação e conservação de corpos hídricos	13.026	
TOTAL GERAL	33.719	

Gráfico 9


IV.3.1 Saúde¹⁷

No 1º semestre de 2008, as despesas liquidadas na área da saúde alcançaram R\$1,25 bilhão, um incremento de 21,4% em relação ao mesmo período de 2007. Com exceção do IASERJ, todas as unidades orçamentárias que compõem a SESDEC tiveram aumento em suas despesas, com destaque para o Fundo Estadual de Saúde – FES cujo crescimento foi de 26,8% (R\$ 215 milhões) em relação a 2007.

No primeiro semestre de 2008, o Estado gastou R\$ 221,56 milhões a mais em saúde do que no período equivalente de 2007.

As fontes de recursos do Tesouro, que correspondem a 80% do gasto na saúde, apresentaram crescimento de 24%, enquanto as do SUS cresceram 13%, refletindo também aí significativo aumento real, inclusive acima do crescimento do PIB nominal do país.

Os recursos de convênio e de outras fontes tiveram um crescimento modesto de 4% e 3,5%, respectivamente. Os convênios têm como destino a produção de soro no Instituto Vital Brasil (R\$ 500 mil) e a ampliação e modernização da Defesa Civil e do CBMERJ (R\$ 520 mil).

Analisando as despesas por grupo, observa-se que o incremento nas despesas com pessoal no período foi de 10,2%, justificado pelas contratações de pessoal por tempo determinado (R\$24,6 milhões). É importante ressaltar mais uma vez, que o funcionamento das UPA's (Unidades de Pronto

Tabela 18

DESPESAS POR FONTE DE RECURSO SECRETARIA DE SAÚDE DO ERJ JAN-JUN 2007 / JAN-JUN 2008			
	R\$ mil		
DISCRIMINAÇÃO	JAN-JUN 2007	JAN-JUN 2008	Δ%
TESOURO	809.966	1.004.581	24,0%
CONVÊNIOS	1.054	1.096	4,0%
SUS	199.070	225.026	13,0%
OUTRAS	27.517	28.471	3,5%
TOTAL	1.037.607	1.259.174	21,4%

As fontes do Tesouro do Estado correspondem a 80% dos gastos de saúde e cresceram 24% na primeira metade de 2008

Tabela 19

DESPESAS POR GRUPO SECRETARIA DE SAÚDE DO ERJ JAN-JUN 2007 / JAN-JUN 2008			
	R\$ mil		
DISCRIMINAÇÃO	JAN-JUN 2007	JAN-JUN 2008	Δ%
PESSOAL	481.046	529.899	10,2%
CUSTEIO	504.091	634.529	25,9%
INVESTIM./INVERS.	3.078	49.676	1513,9%
JUROS E AMORT. DÍVIDA	49.392	45.070	-8,8%
TOTAL	1.037.607	1.259.174	21,4%

¹⁷ O orçamento da Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil engloba as dotações das seguintes unidades orçamentárias:

2901 - Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil

2902 - Subsecretaria de Defesa Civil

2931 - Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro – IASERJ

2961 - Fundo Estadual de Saúde

2963 - Fundo Especial do Corpo de Bombeiros

2971 - Instituto Vital Brasil

A maior parcela destina-se ao Fundo Estadual de Saúde, no qual estão concentradas as principais ações da SESDC.



Atendimento) ainda não provocou impacto no que tange às despesas de pessoal¹⁸.

Em relação ao custeio, as despesas tiveram um aumento de 25,9% (R\$ 130,5 milhões), justificado principalmente pelos gastos com aquisição de material e serviços para a Rede Hospitalar e para as Unidades de Pronto Atendimento Hospitalar (UPA's), cujo custo mensal por unidade é de R\$500 mil.

Os investimentos apresentaram expressivo crescimento, passando de R\$3 milhões no 1º semestre de 2007 para R\$49,6 milhões no mesmo período em 2008. Aproximadamente metade desse valor (R\$ 24,4 milhões) foi liquidada no terceiro bimestre de 2008. Assinale-se a significativa proporção do investimento empenhado (R\$ 66,23 milhões) no primeiro semestre, que foi liquidado (R\$ 47,30 milhões) e pago (R\$ 44,90 milhões) no período.

Os investimentos em saúde saltaram de R\$ 3 milhões no 1º semestre de 2007 para R\$ 49,6 milhões no período equivalente de 2008

18 Está em andamento o concurso público para área médica do Corpo de Bombeiros, especificamente para atendimento nas UPAs. A prova objetiva foi realizada em 25/05/2008 e, atualmente, o concurso se encontra na fase de realização de provas de aptidão física. Com a entrada desse contingente na força de trabalho do Estado, as despesas de pessoal da Saúde deverão experimentar importante aumento.



Quadro 1

INVESTIMENTOS REALIZADOS - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-JUN 2008

Em R\$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	HISTÓRICO	JAN-JUN 2008			
		EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	
2961 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE (FES)	REFORMA GERAL NO H.E. ALBERT SCHWEITZER (conclusão)	2.068.735	1.014.501	649.662	
	CONSTRUCAO DO HOSPITAL GERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI (continuação)	8.154.206	5.388.556	4.033.319	
	OBRAS DE REFORMA GERAL DO 5º E 6º PAVIMENTO DO H.E. AZEVEDO LIMA - Niterói (continuação)	744.711	471.478	241.158	
	REFORMA DA MATERNIDADE E AMBULATÓRIO DO H. E. ROCHA FARIA (continuação)	2.150.982	593.933	172.149	
	H. E. ADÃO PEREIRA EM DUQUE DE CAXIAS (construção de taludes)	1.165.570	278.147	278.147	
	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS - UPA EM BANGU, CAMPO GRANDE E BELFORD ROXO	755.813	655.801	655.801	
	OBRAS DE REFORMA DOS ELEVADORES NO H.E. ALBERT SCHWEITZER	97.000	-	-	
	OBRAS NO SUBSOLO DO HEMORIO	36.085	-	-	
	OBRAS DE ADEQUAÇÃO DO CENTRO DE IMAGENS (H.E. ALBERT SCHWEITZER, H.E. ROCHA FARIA E H.E. PEDRO II)	454.537	-	-	
	SUBTOTAL OBRAS E INSTALAÇÕES	15.627.640	8.402.415	6.030.237	
	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS HOSPITALARES	13.491.917	7.541.275	7.536.955
		EQUIPAMENTOS PARA USO ADMINISTRATIVO E DE PROCESSAMENTO DE DADOS PARA UNIDADES HOSPITALARES E ÓRGÃO CENTRAL	1.303.805	84.008	84.008
		FORNECIMENTO DE 3 (TRES) ONIBUS RODOVIARIS TRANSF. EM UNIDS. MOVEIS DE COLETA DE SANGUE P/ HEMO-RIO	1.759.230	-	-
	SUBTOTAL AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	16.554.952	7.625.283	7.620.963	
AUXÍLIOS	CONVENIO DE COOPERAÇÃO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS P/CONSTRUCAO DO HOSPITAL. DR. M. R. DO CARMO	10.000.000	10.000.000	10.000.000	
	CONVÊNIO CELEBRADO COM PREF. DE DUQUE DE CAXIAS PARA AQUIS. EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANENTE P/ ATEND. NO HMMRC	20.000.000	20.000.000	20.000.000	
SUBTOTAL AUXÍLIOS	30.000.000	30.000.000	30.000.000		
	OBRAS DE MELHORIA OPERACIONAL DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA	1.980.344	-	-	
TOTAL FES		64.162.936	46.027.698	43.651.200	
2963 - FUNDO ESPECIAL DE CORPO DE BOMBEIROS (FUNESBOM)	EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA UNIDADES DO CBMERJ	1.960.320	1.172.416	1.172.416	
2971 - INSTITUTO VITAL BRASIL (IVB)	MATERIAIS DIVERSOS PARA O IVB	105.039	98.167	82.974	
TOTAL GERAL		66.228.295	47.298.281	44.906.591	

As principais ações na área da saúde podem ser sumarizadas da seguinte forma (o Anexo 7 mostra em detalhe estas ações):

- **Ação 1290 - Novo Modelo de Gestão - Fundação Estatal:** elaboração de novo modelo de gestão com fixação de metas de atendimento à população, visando à melhoria da qualidade dos serviços prestados aos usuários do SUS e à flexibilização da contratação de novos servidores para a área da Saúde. Foram liquidados R\$793 mil para desenvolvimento de estudos.



- **Ação 1521 - Reforma, construção e modernização da Rede Própria de Saúde:** liquidados R\$ 16 milhões, aumento de R\$ 15,6 milhões em relação a 2007. Dentre as atividades executadas nessa ação, temos:

- obras de construção e reforma em diversas unidades de saúde¹⁹: liquidados R\$ 8,4 milhões. Aumento de R\$ 8 milhões em relação a 2007;

- aquisição de equipamentos e utensílios hospitalares: liquidados R\$ 7,38 milhões, representando aumento de R\$ 7,3 milhões;

Ainda nesta ação está incluída a obra de adequação do centro de imagens para substituição e instalação de novo aparelho de tomografia nos H.E.'s Rocha Faria, Pedro II, Albert Schweitzer e Getúlio Vargas, cujo empenho realizado em maio foi de R\$454,5 mil.

- **Ação 2016 - Manutenção das atividades operacionais e administrativas:** liquidados R\$ 21,3 milhões, destinados principalmente à contratação de serviços de processamento de dados, serviços de assistência a saúde e serviços administrativos e técnicos para o órgão central e para a Rede Hospitalar e Ambulatorial: liquidados R\$ 19,1 milhões.
- **Ação 2077 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial:** aproximadamente R\$200 milhões liquidados no 1º semestre de 2008, um aumento de 36,2% em relação ao mesmo período de 2007. Dentre as atividades que merecem destaque estão:
 - locação de bens móveis, inclusive destinados à Unidade de Pronto Atendimento de Belford Roxo: liquidados R\$2,5 milhões;

Foram liquidados R\$ 16 milhões na reforma, construção e modernização da rede própria da saúde

Houve um aumento de 36,2% nas despesas de assistências hospitalar e ambulatorial, que somaram aproximadamente R\$ 200 milhões

¹⁹ Unidades de saúde que estão sendo atendidas pela ação 1521: continuação da construção do Hospital Geral de São João do Meriti; conclusão da reforma geral no H.E. Albert Schweitzer; reforma geral no 5º e 6º pavimento do H.E. Azevedo Lima (Niterói); reforma do 9º pavimento da maternidade e ambulatório no H. E. Rocha Faria; construção de taludes no H.E. Adão Pereira Nunes (D. Caxias) e implantação de UPA's em Bangu, Campo Grande e Belford Roxo.



- aquisição de material cirúrgico, laboratorial e de enfermagem: liquidados R\$ 11,7 milhões (+ R\$ 5,2 milhões)
 - material químico para unidades hospitalares: liquidados R\$ 5,2 milhões, aumento de 34%;
 - contratação de serviços de apoio administrativo, técnico e operacional: liquidados R\$ 8,9 milhões;
 - contratação de serviços de assistência a saúde: liquidados R\$ 93,3 milhões, com aumento de 136,7%;
 - contratação de serviços de lavagem de roupas hospitalares: liquidados R\$ 3,2 milhões (+ 391,5%).
- **Ação 2155 – Gestão das ações de Assistência Farmacêutica:** liquidados R\$89,2 milhões. A maior parte das despesas realizadas nesta ação destinou-se a aquisição de medicamentos excepcionais (R\$69,4 milhões).
 - **Ação 2170 – Expansão e qualificação da atenção básica:** ação criada na atual gestão com o papel estratégico de apoiar a organização e a integração dos sistemas locais de atenção à saúde. Já foram liquidados R\$12 milhões para incentivo financeiro dado aos municípios do ERJ.
 - **Ação 2770 – Ações e serviços de saúde vinculados ao SUS:** liquidação de R\$ 203 milhões, sendo R\$ 173 milhões para custeio e R\$ 30 milhões para investimentos. Dentre as atividades destaca-se:
 - prestação de serviços de saúde financiados pela gestão plena estadual: liquidados R\$ 172 milhões, um incremento de 114,7%;
 - auxílio decorrente de convênio com a Pref. de Duque de Caxias para a construção do hospital Dr. Moacir Rodrigues do Carmo, assim para a aquisição de

O Estado despendeu R\$ 70 milhões em medicamentos excepcionais na primeira metade de 2008

As ações e serviços de saúde vinculados ao SUS somaram R\$ 203 milhões, dos quais R\$ 30 milhões para investimentos

equipamentos e material permanente: liquidados R\$ 30 milhões.

IV.3.2 Segurança²⁰

As despesas da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESEG) atingiram R\$969,04 milhões no primeiro semestre de 2008, representando um aumento de 6,7% em relação a 2007. Desses, R\$622,16 milhões (64,2%) correspondem às despesas da PMERJ e R\$309,28 milhões (31,9%) da Polícia Civil. No âmbito da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), as despesas totalizaram R\$129,31 milhões, 2,7% maior do que em 2007.

As despesas da área de segurança são financiadas na maior parte por recursos do Tesouro. Os recursos de convênios são provenientes do DETRAN, que já repassou para a SESEG neste semestre R\$78 milhões, para reaparelhamento, modernização e expansão das unidades de segurança e do sistema penitenciário.

As despesas de pessoal cresceram 3,5% em relação a 2007 (Tabela 22), totalizando em R\$816,18 milhões. As despesas de custeio (R\$136,70 milhões) apresentaram incremento de 17%, o qual se justifica não só pelas despesas com manutenção dos 632 novos veículos da PMERJ, como também pela determinação de se voltar a pagar pelos serviços de utilidade pública consumidos pelos órgãos vinculados. Na SEAP, a maior parte das despesas de custeio se destina à alimentação

Tabela 21

DESpesas POR FONTE DE RECURSO SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA ERJ JAN-JUN 2007 / JAN-JUN 2008			
R\$ mil			
DISCRIMINAÇÃO	JAN-JUN 2007	JAN-JUN 2008	Δ%
TESOURO	883.036	933.550	5,7%
CONVÊNIOS	25.107	35.417	41,1%
OUTRAS	49	76	55,1%
TOTAL	908.192	969.043	6,7%

DESpesas POR FONTE DE RECURSO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA ERJ JAN-JUN 2007 / JAN-JUN 2008			
R\$ mil			
DISCRIMINAÇÃO	JAN-JUN 2007	JAN-JUN 2008	Δ%
TESOURO	108.855	122.499	12,5%
CONVÊNIOS	14.261	4.615	-67,6%
OUTRAS	2.812	2.201	-21,7%
TOTAL	125.928	129.315	2,7%

Tabela 22

DESpesas POR GRUPO SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA ERJ JAN-JUN 2007 / JAN-JUN 2008			
R\$ mil			
DISCRIMINAÇÃO	JAN-JUN 2007	JAN-JUN 2008	Δ%
PESSOAL	788.741	816.184	3,5%
CUSTEIO	116.872	136.701	17,0%
INVESTIM./INVERS.	2.579	16.158	526,5%
TOTAL	908.192	969.043	6,7%

DESpesas POR GRUPO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA ERJ JAN-JUN 2007 / JAN-JUN 2008			
R\$ mil			
DISCRIMINAÇÃO	JAN-JUN 2007	JAN-JUN 2008	Δ%
PESSOAL	69.498	77.440	11,4%
CUSTEIO	55.830	49.229	-11,8%
INVESTIM./INVERS.	600	2.646	341,0%

²⁰ O orçamento da Secretaria de Estado de Segurança Pública engloba as dotações das seguintes unidades orçamentárias:

2601 – Secretaria de Estado de Segurança

2604 – Polícia Civil

2611 – Polícia Militar

2632 – Instituto de Segurança Pública

2661 – Fundo Especial da ACADEPOL

2664 – Fundo Especial da SESEG

No orçamento da SEAP estão inseridas as unidades orçamentárias:

2501 – Secretaria de Estado de Administração Penitenciária

2531 – Fundação Santa Cabrini

2561 – Fundo Especial Penitenciário

dos apenados e custodiados, cuja despesa mensal é cerca de R\$8 milhões.

Os investimentos da SESEG (R\$16,15 milhões) e da SEAP (R\$2,64 milhões) foram significativamente maiores que no primeiro semestre de 2007 (Anexo 8 e 8A para detalhes). Os recursos oriundos do convênio com o DETRAN em particular têm se destinado à expansão do sistema penitenciário, modernização e reaparelhamento das unidades do Programa Delegacia Legal. Dentre os principais, é possível citar: aquisição de veículos descaracterizados para uso da Polícia Investigativa; compra de oito veículos blindados para uso do CORE e da PCRJ; conclusão da construção da nova sede do Instituto Médico Legal. No âmbito da SEAP, as penitenciárias de Vicente Piragibe, Esmeraldino Bandeira e Plácido de Sá Carvalho passaram por reforma.

IV.3.3 Educação

Na área de educação as despesas alcançaram R\$1,06 bilhão no primeiro semestre de 2007, representando um aumento de 6,79% em relação ao mesmo período de 2007. Nestas variações destaca-se o aumento dos recursos transferidos ao FUNDEB e a redução das despesas financiadas com recursos do salário-educação, pela exclusão dos pagamentos de merenda escolar, vigilância e policiamento e serviços de asseio e higiene, com esta fonte, atendendo à Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A ampliação dos recursos estaduais recirculados pelo FUNDEB se traduzem pela redução aparente da contribuição do Tesouro para o financiamento da Educação (como observado, tanto no líquido quanto no bruto, houve substancial aumento da contribuição do Estado para o FUNDEB). Os recursos de convênios têm se destinado principalmente às ações de apoio à nutrição escolar.

Analisando-se as despesas por grupo, há uma queda aparente em investimentos em contraposição ao aumento em pessoal. Essa variação decorre da reclassificação das despesas do Programa Nova Escola (R\$ 45,10 milhões), já citada anteriormente. Dos R\$18,77 milhões realizados em

A Secretaria de Segurança investiu R\$ 16,15 milhões

Tabela 23

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ERJ			
DESPESA POR FONTE - JAN-JUN 2007 / JAN-JUN 2008			
R\$ MIL			
DISCRIMINAÇÃO	JAN-JUN 2007	JAN-JUN 2008	Δ %
TESOURO	452.870	371.430	-17,98%
CONVÊNIO	11.845	12.791	7,98%
SALÁRIO-EDUCAÇÃO	78.072	44.016	-43,62%
FUNDEB	450.213	632.156	40,41%
TOTAL	993.001	1.060.392	6,79%

Tabela 24

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ERJ			
DESPESA POR GRUPO - JAN-JUN 2007 / JAN-JUN 2008			
R\$ MIL			
DISCRIMINAÇÃO	JAN-JUN 2007	JAN-JUN 2008	Δ %
PESSOAL	730.021	840.016	15,07%
CUSTEIO	165.376	201.600	21,90%
INVESTIMENTO	97.604	18.776	-80,76%
TOTAL	993.001	1.060.392	6,79%

investimentos estão, pequenas obras e reformas de diversas escolas e a compra de computadores portáteis para os professores da rede (R\$1,82 milhão), dando continuidade ao Projeto Conexão Professor.

No que tange às despesas de custeio, grande parte destina-se à merenda escolar (R\$62 milhões), serviços de vigilância e policiamento (R\$18,35 milhões) e manutenção das unidades escolares. Merece destaque aqui a realização de uma despesa de R\$9,3 milhões direcionados à implantação de uma rede de comunicação para integrar as escolas do ERJ.

O Anexo 9 mostra com maiores detalhes as ações realizadas pela SEEDUC.

A merenda escolar consumiu R\$ 62 milhões no primeiro semestre de 2008

IV.3.4 Transportes²¹

As despesas da Secretaria Estadual de Transportes somaram R\$153,64 milhões no primeiro semestre do ano, representando um crescimento de 3,98% em relação a 2007. Embora o financiamento com fontes do Tesouro esteja menor do que em 2007 (-3,63%), essas despesas receberam um reforço de R\$11,87 milhões de recursos do FECAM destinados à ampliação da oferta de transporte público em rede eletrificada, através do financiamento das obras da Estação do Metrô de Ipanema e melhoria no sistema de transporte ferroviário.

Não obstante a aprovação de um empréstimo adicional de 44 milhões de dólares pelo Banco Mundial, para apoio do Programa Estadual de Transporte (PET), os investimentos no ano corrente (R\$69,53 milhões) ainda estão menores do que aqueles observados no mesmo período de 2007 (R\$75,34 milhões), porque a execução orçamentária e financeira desses

Tabela 25

SECRETARIA DE TRANSPORTES DO ERJ			
DESPESA POR FONTE - JAN-JUN 2007 / JAN-JUN 2008			
R\$ MIL			
DISCRIMINAÇÃO	JAN-JUN 2007	JAN-JUN 2008	Δ %
TESOURO	133.121	128.285	-3,63%
CONVÊNIOS	4.118	284	-93,11%
OUTRAS	10.534	25.080	138,10%
TOTAL	147.772	153.649	3,98%

²¹ A Secretaria de Transportes é composta pelas seguintes unidades orçamentárias:

3101 - Secretaria de Estado de Transportes – SETRANS;

3133 - Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro – DETRO;

3171 - Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro – CODERTE;

3172 - Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística – CENTRAL;

3173 - Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro – RIO TRILHOS.

novos recursos do Banco se realizará a partir de Julho. O Relatório de Acompanhamento do PET (Anexo 10 A) indica ainda que projetos como o Mergulhão de Caxias (PET 64), as obras na Alameda São Boaventura (PET 122) e nas Vias do Bonde de Santa Teresa cumprem o cronograma de execução com término previsto para setembro e outubro de 2008. A execução de outras despesas previstas no PET depende da solução de alguns problemas de falta de pagamento dos fornecedores ocorridos em 2000-2006 e na solução definitiva de alguns problemas mecânicos nos novos bondes para Santa Tereza, que têm o desafio de conciliar a fidelidade histórica aos modelos originais e a incorporação de inúmeros mecanismos de segurança requeridos atualmente.

IV.3.5 Turismo, Esportes e Lazer²²

A despesa da Secretaria Estadual de Turismo, Esporte e Lazer no primeiro bimestre de 2008 foi de R\$26,76 milhões, o que é significativamente menos que os R\$78,43 milhões liquidados no mesmo período de 2007 em preparação aos XV Jogos Panamericanos.

As despesas de maior destaque estão concentradas no grupo de custeio, totalizando R\$18,54 milhões neste ano, dentre as quais pode-se citar o projeto “Rio - O Futuro do Esporte” (R\$10,29 milhões já liquidados), as ações de apoio à projetos desportivos (R\$3,26 milhões), manutenção de complexos esportivos (R\$1,89 milhões) e fomento ao turismo no ERJ (R\$686 mil). O quadro abaixo mostra um resumo das principais despesas realizadas nestas ações.

Tabela 26

SECRETARIA DE TRANSPORTES DO ERJ			
DESPESA POR GRUPO - JAN-JUN 2007 / JAN-JUN 2008			
R\$ MIL			
DISCRIMINAÇÃO	JAN-JUN 2007	JAN-JUN 2008	Δ %
PESSOAL	54.517	55.800	2,35%
JUROS E AMORT. DÍVIDA	5.026	4.110	-18,23%
CUSTEIO	12.882	24.203	87,88%
INVESTIMENTO/INVERS.	75.348	69.537	-7,71%
TOTAL	147.772	153.649	3,98%

Tabela 27

SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E LAZER DO ERJ			
DESPESA POR FONTE - JAN-JUN 2007 / JAN-JUN 2008			
R\$ MIL			
DISCRIMINAÇÃO	JAN-JUN 2007	JAN-JUN 2008	Δ %
TESOURO	33.306	17.321	-48,00%
CONVÊNIOS	40.870	44	-99,89%
OUTRAS	4.256	9.402	120,89%
TOTAL	78.432	26.767	-65,87%

Tabela 28

SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E LAZER DO ERJ			
DESPESA POR GRUPO - JAN-JUN 2007 / JAN-JUN 2008			
R\$ MIL			
DISCRIMINAÇÃO	JAN-JUN 2007	JAN-JUN 2008	Δ %
PESSOAL	7.338	8.219	12,00%
CUSTEIO	20.930	18.546	-11,39%
INVESTIMENTO	50.164	2	-100,00%
TOTAL	78.432	26.767	-65,87%

²² A Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer é composta pelas seguintes unidades orçamentárias:

1701 - Secretaria de Estado de Turismo e Esportes e Lazer - SETE;

1731 - SUDERJ;

1771 - TURISRIO.

Quadro 2

PRINCIPAIS DESPESAS DE CUSTEIO REALIZADAS - SECRETARIA ESTADUAL DE ESPORTE E LAZER			
AÇÃO	NOME AÇÃO	DETALHAMENTO	JAN-JUN 2008
1619	Rio: O Futuro do Esporte	CONSULTORIA PARA PREPARAÇÃO DE MATERIAL TÉCNICO PARA A CANDIDATURA DO RIO DE JANEIRO ÀS OLIMPIADAS 2016	3.255.270
		ORGANIZAÇÃO DO 30 JOGOS FIFA DE FUTSAL	2.000.000
		ORGANIZAÇÃO DA FASE FINAL DA LIGA MUNDIAL DE VOLEIBOL	1.400.000
		TERMO ADITIVO AO CONVENIO 04/2007 COM A FEDERACAO DE ATLETISMO DO ESTADO DO RJ	3.374.112
1619 Total			10.029.382
2017	Fomento ao Turismo no Estado	PUBLICIDADE E PROPAGANDA PROJETO VERÃO LEGAL/ RIO, SAMBA E CARNAVAL	378.067
		REALIZACAO DO EVENTO DENOMINADO NOITE DA BOSSA NOVA	5.000
		CONGRESSOS E EVENTOS, OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DE EVENTOS PROMOCIONAIS NO MERCADO INTERNACIONAL DE MAIO/2008 A MAIO/2009	203.390
		IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE INFRA-ESTRUTURA PARA RECEPÇÃO DE TURISTAS NO SANTUÁRIO DO CRISTO REDENTOR	100.000
2017 Total			686.457
4207	Apoio à Realização de Projetos Desportivos	PROJETO JOGOS ABERTOS BRASILEIROS -JAB'S 2008	148.309
		PROJETO ECO-BODYBOARDIND GRUMARI 2007	9.805
		MANUTENÇÃO DO COMPLEXO DE PISCINAS DO ESTÁDIO CAIO MARTINS	55.859
		PROJETOS DIVERSOS	632.582
		PROJETO NOVA GERACAO - BOXE	66.230
		PROJETO CIRCUITO CARIOCA DE MUSCULAÇÃO NOITE DOS CAMPEÕES	39.839
		PROJETO COPAGURI DE FUTEBOL SOCIETY	170.715
		PARCELAS DO PROJETO SUDERJ NOS CLUBES	700.000
		PROJETO JUDORIO 2008-DESENVOLVIMENTO ,CIDADANIA E	149.491
		CAMPEONATO BRASILEIRO DE KARATÊ 2008 - 1 ETAPA	61.970
		CAMPEONATO BRASILEIRO DE SURF	178.218
		PROJETO ARTE MARCIAL E EDUCAÇÃO	140.359
		PROJETO COMPROMISSO SOCIAL	212.500
4207 Total			3.265.877
TOTAL GERAL			13.981.715

O Anexo 11 apresenta todas as ações realizadas por este órgão.

IV.4 Cota Financeira²³

A cota financeira é a programação de recursos disponíveis para efetivo pagamento das despesas liquidadas pelos diversos órgãos. O seu estabelecimento e publicidade têm por objetivo facilitar a programação do gasto desses órgãos, além de ser importante elemento para a informação dos fornecedores e outros agentes que lidam com o Estado. A cota financeira de cada órgão é estabelecida a partir da projeção do fluxo de caixa do Tesouro Estadual, com vistas a garantir a solidez das finanças estaduais. O órgão só pode emitir pedidos de

²³ Os valores mensais do quadro estão acumulados.

pagamentos (PDs) até o valor da cota financeira acumulada até a data em consideração, segundo as fontes de financiamento para as despesas de custeio e investimentos correspondentes às suas dotações, eventualmente alteradas por contingenciamentos na forma dos Artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal. O controle da cota financeira foi implantado efetivamente no SIAFEM em 1º de junho de 2008, permitindo a consistência permanente entre os valores programados e a execução do orçamento e do gasto público.

O órgão só pode emitir pedidos de pagamentos (PDs) até o valor da cota financeira acumulada até a data em consideração,]

O controle da cota financeira no SIAFEM estimulou os órgãos a continuarem a refinar o planejamento de sua programação de desembolso, uma vez que o mecanismo implantado no sistema impede que os pagamentos ultrapassem o limite estabelecido. Esse trabalho vem contando com o apoio técnico da Subsecretaria de Política Fiscal da Fazenda, no sentido de orientar os órgãos e aprimorar as projeções individuais dos órgãos, facilitando o cumprimento dos compromissos e programas de trabalho assumidos pelas áreas fins do Estado.

A realização das despesas vem correspondendo a uma proporção crescente dos valores da cota financeira, refletindo aceleração dos pagamentos do Estado.

Quadro 3

VALOR AUTORIZADO - RESOLUÇÃO Nº 37 (20/06/2008)						
FONTE DE RECURSO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
TESOURO	11.240.165	92.308.533	311.100.740	575.965.314	970.149.355	1.282.176.808
OUTRAS FR	15.130.009	35.631.986	120.850.660	209.167.838	565.528.816	818.562.607
TOTAL	26.370.173	127.940.519	431.951.400	785.133.151	1.535.678.171	2.100.739.415
VALOR REALIZADO						
FONTE DE RECURSO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
TESOURO	11.240.165	92.308.533	311.100.740	575.965.314	816.816.698	1.056.922.125
OUTRAS FR	15.130.009	35.631.986	120.850.660	209.167.838	299.878.029	397.879.646
TOTAL	26.370.173	127.940.519	431.951.400	785.133.151	1.116.694.727	1.454.801.771
% REALIZAÇÃO						
FONTE DE RECURSO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
TESOURO	100%	100%	100%	100%	84,2%	82,4%
OUTRAS FR	100%	100%	100%	100%	53,0%	48,6%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	72,7%	69,3%

V ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

V.1 Prazo de Pagamento das PD's e adimplemento

O Tesouro Estadual continua adotando medidas para aprimorar a gestão dos recursos estaduais e o processo de pagamentos das obrigações assumidas pela administração pública.

Segundo informado nas edições anteriores, um dos parâmetros de eficiência e celeridade do sistema de pagamentos estadual é o prazo médio de adimplemento das Programações de Desembolso - PD.

Assim, com a meta de continuar melhorando o desempenho do Tesouro, no que tange ao prazo entre a emissão da PD, pelo Órgão contratante, e o pagamento da mesma, pelo Tesouro, foi adotado critério que define que PD's geradas no âmbito das áreas prioritárias são pagas em até dez dias. Este tratamento demonstra que o Tesouro Estadual está atento aos anseios da sociedade fluminense, dando preferências ao pagamento de despesas nas áreas de saúde, segurança e educação.

PD's que não integram as áreas prioritárias vêm sendo pagas com prazo médio de 15 dias. Com a implantação da cota financeira, em particular, o prazo médio no terceiro bimestre foi de exatos 15 dias, ligeiramente acima do prazo médio de 14 dias observado no segundo bimestre.

Esses prazos podem ser verificados na página institucional da Secretaria, que apresenta a relação das PD's pagas em forma de arquivo eletrônico facilmente descarregado em computadores pessoais e amigáveis para manipulação por planilhas eletrônicas. Essa publicação está normatizada, no âmbito da SEFAZ, por meio da Resolução nº 135/2008.

As despesas prioritárias de saúde, educação e segurança vêm sendo pagas em até 10 dias da emissão da PD.

V. 2 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados

O programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar Processados, instituído em 2007, por meio do Decreto nº 40.874/2007, previu a regularização das dívidas contraídas pelo Estado, junto a 2.558 fornecedores de serviços e/ou produtos, do período de 2002 a 2006.

O cumprimento do cronograma de pagamentos às empresas que aderiram ao programa e a ampla divulgação obtida fizeram com que um grande número de fornecedores solicitasse a reabertura dos prazos para obtenção de informações que viabilizaria a eventual adesão ao programa Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar. Desse modo, por meio da Resolução nº 142, de 18 de junho de 2008, foi fixado novo prazo (de 20 a 23/06/2008) para os credores requererem estas informações.

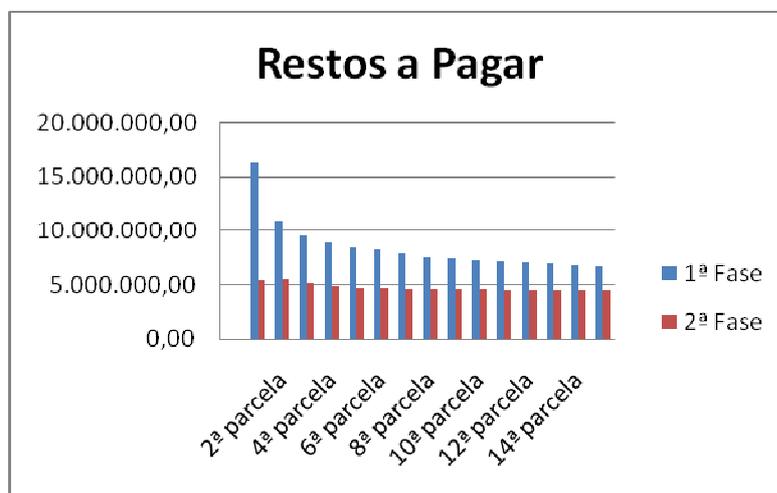
Do volume total de R\$ 198.114.998,98 renegociados, R\$32.201.902,88 já foram quitados. Na 1ª fase do programa, que contou com a adesão de 558 fornecedores, foram pagos o total de R\$ 26.432.231,32, sendo R\$ 16.223.708,87 concernentes à 1ª parcela e os restantes R\$ 10.208.522,45 referentes à 2ª. Já na segunda fase do programa, com adesão de 216 credores, foi pago o montante de R\$ 5.769.671,56.

O cumprimento do cronograma de pagamentos a empresas que aderiram ao programa de RP já atraiu mais de 700 fornecedores do Estado que haviam prestado serviços com cobertura orçamentária até 2006 e que não haviam ainda sido pagos.

Resultados do Programa de Parcelamento de Restos a Pagar anteriores a 2007			
Nº Fornecedores		Valor Total Renegociado	Valor Pago até jul/08
1ª fase	558	127.206.740,19	26.432.231,32
2ª fase	216	70.908.258,79	5.769.671,56
Total	774	198.114.998,98	32.201.902,88

Fonte: Subsecretaria de Finanças.

Constata-se, portanto, que cerca de 20% do valor negociado já foram saldados. Ademais, 459 credores já tiveram seus créditos quitados em parcela única, representando um montante de R\$ 6.148.963,75.



V.3 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

Com aumento significativo de recursos destinados ao pagamento de precatórios no último ano, o Estado do Rio de Janeiro possui hoje meios de definir estratégias que maximizem os benefícios da aplicação desses recursos. O Estado tem, por exemplo, priorizado o adimplemento dos precatórios das entidades estaduais que se encontram mais atrasadas no cumprimento dessas requisições judiciais de pagamento²⁴. Além disso, a PGE tem tido sucesso no parcelamento de precatórios de valores vultosos, o que vem dando celeridade ao atendimento da “fila” cronológica dos precatórios contra o Estado.

²⁴ Existem relações distintas para os precatórios inscritos contra o Estado do Rio de Janeiro (administração direta) e suas Entidades, sendo observada a ordem dos precatórios para pagamento separadamente. Atualmente, a relação de precatórios mais atrasada é do Estado do Rio de Janeiro (administração direta), que se subdivide em natureza alimentícia e comum, estando esta no ano de 1998 e aquela no ano de 1999.



Os acordos de parcelamento, cujo prazo no caso de empresas com créditos vultosos tem chegado a 72 meses, são homologados pelos Tribunais, dotando-os de plena segurança e, inclusive, valor de mercado no caso em que o beneficiário deseje descontar os valores parcelados no mercado. Atualmente há 19 acordos celebrados, representando comprometimento de desembolso mensal de aproximadamente R\$ 6 milhões.

Esta é uma das medidas que contribuiu para o pagamento de 146 precatórios no primeiro semestre deste ano. Desse modo, só neste período, o volume de precatórios devidos foi desonerado em mais de R\$ 100 milhões.

Mensalmente, vem sendo disponibilizado cerca de R\$ 12 milhões para o pagamento de precatórios. Priorizando o pagamento dos precatórios inscritos contra a administração direta (precatórios mais antigos) tem-se também antecipado o pagamento de algumas parcelas de acordos, com o intuito liberar maior volume de recursos para a celebração de novos acordos.

Há ainda outro fator que vem reduzindo paulatinamente o montante devido dessas obrigações. Desde outubro de 2007, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro vem decidindo pelo desmembramento de precatórios já inscritos no orçamento do Estado, originários de ações com litisconsórcio ativo facultativo.

Com esta medida, o titular de crédito não superior a 40 salários mínimos tem seu direito convertido em requisição de pagamento judicial de pequeno valor (RPV²⁵). Logo, o Estado vem pagando estas RPV's, o que reduz o valor de precatórios que já estavam inscritos no orçamento e contabilizados.

Só no último bimestre foram pagos 24 precatórios, totalizando um volume de R\$ 21.998.433,02. Os recursos que foram utilizados para o pagamento dessas obrigações são todos provenientes da Fonte 00 – Tesouro Estadual.

²⁵ O próximo subitem deste Boletim tratará especificamente das requisições de pagamento de pequeno valor.

Os 19 acordos de parcelamento em vigor, cujo prazo no caso de empresas com créditos vultosos tem chegado a 72 meses, foram todos homologados pelos Tribunais, permitindo iniciar ainda no primeiro semestre de 2008 o pagamento de um conjunto de precatórios cujo valor soma mais de R\$ 100 milhões

No terceiro bimestre de 2008 foram pagos R\$ 22 milhões em precatórios, levando a soma de pagamentos em 2008 para R\$ 62 milhões e atendendo 98 ações

Precatórios	jan–jun 2007	jan–jun 2008
Quantidade	78	98
Valor (R\$)	23.818.592,21	62.158.221,09

Observa-se que o volume de obrigações pagas, no primeiro semestre deste ano, representa um aumento de mais de 160% se comparado com o mesmo período de 2007 e aproximadamente 200% do pago ao longo de todo 2006.

Por fim, vale informar que a Proposta a Emenda Constitucional (PEC), que poderá instituir regime especial para o pagamento de precatório, proporcionando uma solução sólida, eqüitativa e definitiva para a “fila” de grandes precatórios, foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, tendo sido encaminhada para votação em plenário, em 18 de junho de 2008.

As principais inovações que poderão ser implantadas com a aprovação da redação atual da PEC nº 12 são: a vinculação de percentual da Receita Corrente Líquida dos entes para o adimplemento de precatórios e a possibilidade de realizações de leilões, onde os beneficiários de precatórios poderão habilitar seus créditos, concedendo descontos para pagamento fora da ordem cronológica.

Com esta metodologia pretende-se institucionalizar o que na prática já ocorre. Hoje, diversos beneficiários de precatórios já negociam seus créditos com deságios a terceiros que se dispõem a esperar o recebimento da obrigação a longo prazo, em troca de uma taxa representativa de retorno. Esse mercado vem atraindo até investidores estrangeiros.

Requisições Judiciais de Pequeno Valor – RPV

No que tange ao pagamento de requisições judiciais não superiores a 40 salários mínimos houve pequena redução no valor destas obrigações se comparado ao bimestre anterior. O valor mensalmente pago de RPV oscila muito, tendo em vista

O volume de obrigações judiciais pagas representa um aumento de mais de 160% comparado ao primeiro semestre de 2007 e quase o dobro do total pago nos 12 meses de 2006



que estas requisições judiciais não exigem previsão orçamentária, sendo pagas em no máximo 90 dias após a sua expedição.

PAGAMENTOS DE RPV – 2008		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
janeiro	76	551.498,34
fevereiro	38	319.345,96
março	141	909.194,24
abril	45	455.424,13
maio	47	359.660,37
junho	70	568.494,61
Total	417	3.163.617,65

O volume de RVP's pagas no primeiro semestre deste ano também aumentou se comparado com mesmo período de 2007. No último bimestre houve aumento de aproximadamente 45% no valor pago em RVP's confrontado com os meses de maio e junho do ano passado.

O pagamento de RPV aumentou em 45% no terceiro bimestre, tendo sido pagos 417 RPV no valor de R\$ 3,2 milhões no primeiro semestre de 2008

Pagamento de RVP em maio e junho	2007	2008
Quantidade	115	117
Valor	638.037,70	928.154,98

Pagamento total de Requisições Judiciais

Comparando os números do primeiro semestre de 2007 com os deste ano, constata-se que o Estado aumentou expressivamente o pagamento dessas obrigações.

No primeiro semestre deste ano foram pagos 515 requisições de pagamento judiciais, totalizando o valor de R\$ 65.321.838,74.

V. 4 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu serviço

Dispêndio com a dívida pública

No 3º bimestre de 2008, o dispêndio com o serviço da dívida da Administração Direta se reduziu em 10,53% em relação ao bimestre anterior. A maior redução em termos percentuais (65,83%) ocorreu no serviço extralimite, isso porque no bimestre passado foi paga a semestralidade dos contratos externos, o que onerou o serviço da dívida naquele bimestre.

O serviço intralimite teve um aumento de 9,17% em relação ao mesmo período. Esse aumento correu devido ao pagamento da semestralidade dos contratos assinados ao amparo da Lei nº 7976/89.

O serviço da dívida da Administração Indireta Honrada (custeada pelo Tesouro estadual) apresentou um decréscimo em relação ao bimestre anterior (79,88%), em decorrência de pagamento semestral do contrato de confissão e consolidação de dívidas de médio e longo prazo – DMLP da Companhia de Transportes sobre Trilhos, ocorrida no 2º bimestre.

Com essas reduções, o serviço da dívida fechou o 3º bimestre de 2008, 11,07% menor que o bimestre anterior, somando um montante de R\$ 505,52 milhões.

R\$ mil

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)				
	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	Δ % no bimestre
SERVIÇO DA DÍVIDA DA ADM. DIRETA	451.318	564.046	504.640	-10,53
INTRALIMITE	383.063	415.887	454.013	9,17
EXTRALIMITE	68.255	148.159	50.626	-65,83
SERVIÇO DA DÍVIDA DA ADM. INDIRETA HONRADA	865	4.388	883	-79,88
TOTAL	452.183	568.434	505.523	-11,07
13% DA RLR	414.544	411.653	421.184	2,32

De acordo com a Resolução nº 43/2001 do Senado Federal²⁶, o cálculo do comprometimento com o serviço da dívida é feito pela média anual dos cinco exercícios financeiros subsequentes, incluído o exercício da própria apuração.

O Estado do Rio de Janeiro está cumprindo esse limite, e apresenta na “Relação Dispêndio Anual / RCL”, média de 10,61%, quase 1 ponto percentual abaixo do exigido.

R\$ mil

ANO	RCL PROJETADA	LIMITE 11,5% DA RCL.	DISPÊNDIO ANUAL	% DA MÉDIA
2008	29.338.054,47	3.373.876,26	3.337.034,95	
2009	30.658.266,92	3.525.700,70	3.375.660,18	
2010	32.037.888,93	3.684.357,23	3.384.697,41	
2011	33.479.593,94	3.850.153,30	3.456.700,57	
2012	34.986.175,66	4.023.410,20	3.481.399,49	
MÉDIA	32.099.995,99	3.691.499,54	3.407.098,52	10,61%

Dívida Financeira x Receita Líquida Real

Neste último bimestre, a Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro acumulou o montante de R\$ 50,02 bilhões, apresentando um crescimento nominal de 2,65% em relação ao 2º bimestre de 2008. Esse crescimento é explicado pela

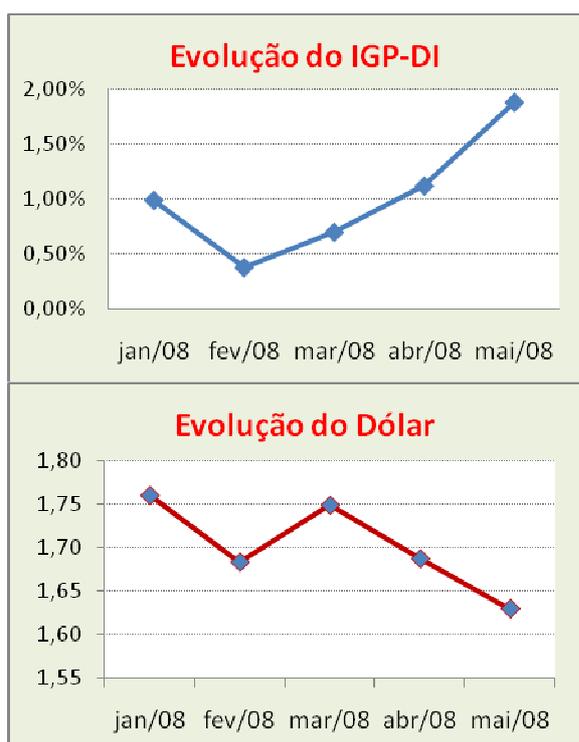
²⁶ Essa resolução veio para regulamentar o inciso III, § 1º, art.32 da Lei de Responsabilidade Fiscal

elevação do IGP-DI, que é o índice utilizado para a correção dos maiores contratos de dívida do Estado, quais sejam: o contrato de refinanciamento ao amparo da Lei nº 9.496/97 e o contrato de assunção de Dívida do BERJ. Os dois contratos representaram 92,4% do total da dívida financeira no mês de junho (R\$ 44,92 milhões).

A dívida externa, devido à contínua desvalorização do dólar frente ao real, apresentou uma redução de 3,33%, passando de R\$ 1,38 bilhão, no 2º bimestre de 2008, para R\$ 1,33 bilhão nesse 3º bimestre.

A desvalorização do dólar contribuiu também para a redução de 4,05% da dívida da Administração Indireta Honrada, cujo maior contrato é corrigido pela moeda americana (R\$ 41,87 milhões).

A dívida financeira do Estado ultrapassou R\$ 50 bilhões por conta do forte incremento do IGP desde o começo de 2008



A dívida herdada do BERJ e aquela renegociada sob a Lei 9496/97 correspondem a R\$ 11 bilhões e R\$ 35 bilhões, respectivamente

O indicador de solvência acordado entre a União e o Estado (a relação Dívida Financeira / Receita Líquida Real) teve um crescimento nominal de 0,80%. Esse ligeiro aumento pode ser atribuído ao crescimento da Dívida Financeira (ocasionado

pelo IGP-DI), que não foi acompanhado pela Receita Líquida, cujo aumento foi de 1,84% em relação ao bimestre anterior.

R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL – 2008				
	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	Δ % no bimestre
ADM DIRETA - DÍVIDA FUNDADA	48.210.169	48.666.866	49.961.686	2,66
Interna	46.765.728	47.278.217	48.619.269	2,84
DÍVIDAS COM A UNIÃO	46.765.728	47.278.217	48.619.269	2,84
OUTRAS DÍVIDAS CONTRATUAIS	-	-	-	
Externa	1.444.440	1.388.649	1.342.416	-3,33
COM AVAL DO TESOUREO NACIONAL	1.441.753	1.385.956	1.339.874	-3,32
MOBILIÁRIA	2.687	2.694	2.542	-5,62
ADM INDIRETA (F.TESOUREO)	71.697	69.439	66.625	-4,05
DÍVIDA FINANCEIRA	48.281.865	48.736.305	50.028.310	2,65
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI	20.302.685	20.640.523	21.019.441	1,84
RELAÇÃO DF / RLR	2,38	2,36	2,38	0,80

OBS: Os valores da Adm Indireta Honrada e Receita Líquida Real do 3º bimestre são provisórios, pois até o dia 15/07, os valores oficiais ainda não haviam sido fechados.

Destacamos abaixo os maiores contratos de dívida do Estado do Rio de Janeiro, o contrato de refinanciamento ao amparo da Lei nº 9.496/97 e o contrato de assunção de dívida do BERJ.

R\$ mil

	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	Δ % no bimestre
Assunção da Dív. BERJ	10.408.740	10.477.388	10.748.088	2,58
Ref. Lei 9.496/93	33.611.407	34.083.052	35.228.141	3,36
TOTAL	44.020.146	44.560.441	45.976.229	3,18

Receita de Operações de Crédito

Em junho deste ano, novos contratos de operações de crédito foram liberados, o Programa Estadual de Transporte, financiado pelo Banco Mundial (BIRD) e o Programa de Modernização da Administração Estadual (PMAE), financiado

O Tesouro Estadual encaminhou a assinatura de 2 contratos chaves em 2008, totalizando R\$ 85,2 milhões, dos quais R\$ 42,3 milhões já foram liberados



pelos BNDES. Esses dois contratos juntos totalizam R\$ 85,28 milhões, sendo que R\$ 42,25 milhões já foram liberados.

R\$ milhões

	2008		2009	2010	2011	2012	2013	APÓS	TOTAL
	Liberado	a Liberar	2013	a Liberar					
1. Operações de Crédito Contratadas	103,64	90,79	130,19	-	-	-	-	-	220,99
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF	-	118,16	320,23	316,60	310,00	260,00	160,00	-	1.485,00
Total 1+2+3	103,64	208,96	450,43	316,60	310,00	260,00	160,00	-	1.705,99

OBS 1: Não há previsão de Receitas de Operações de Crédito para a Administração Indireta dependente.

OBS 2: Valor das Operações de Crédito a contratar Incluídas no PAF atualizadas pelo IGP-DI: R\$ 1,59 bilhões

Tópico Especial

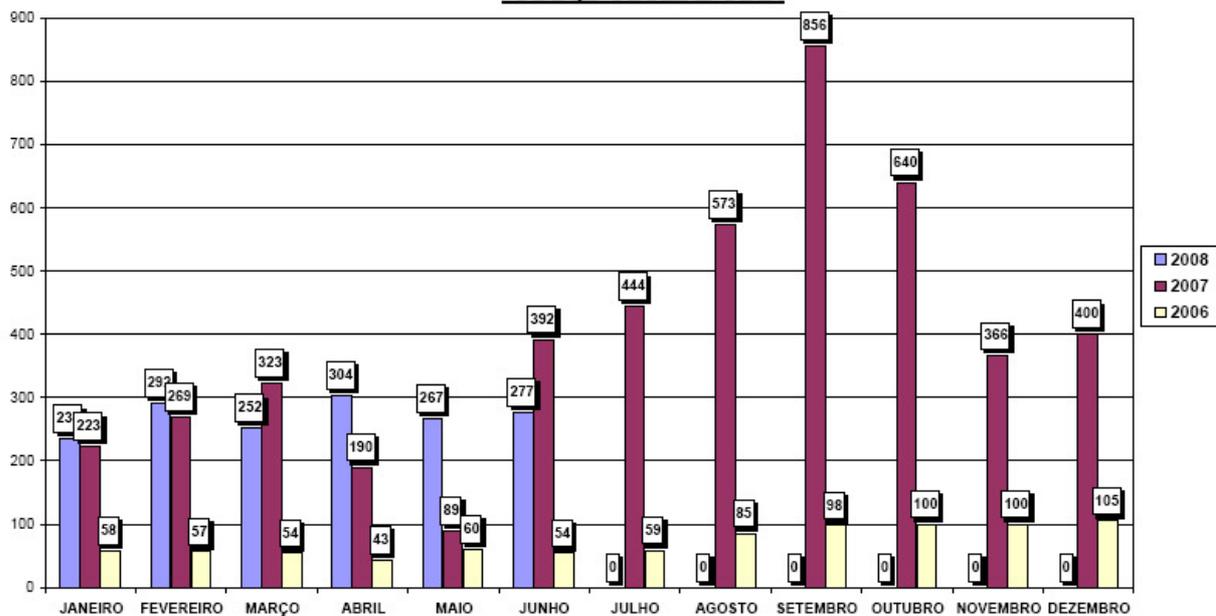
O CONSELHO DE CONTRIBUINTES

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

CÂMARAS E PLENO

PRODUTIVIDADE 2008

**PRODUTIVIDADE / COMPARATIVO
2008, 2007 e 2006**





PRODUTIVIDADE DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES								
QUANTIDADE DE RECURSOS JULGADOS								
	PERÍODO	1ª CÂMARA	2ª CÂMARA	3ª CÂMARA	4ª CÂMARA	CONS. PLENO	TOTAL	P/ ANO
2008	jan/08	60	67	43	60	5	235	1.627
	fev/08	84	66	61	70	11	292	
	mar/08	83	50	48	58	13	252	
	abr/08	63	62	62	68	49	304	
	mai/08	61	63	49	58	36	267	
	jun/08	56	48	79	57	37	277	
	jul/08	0	0	0	0	0	0	
	ago/08	0	0	0	0	0	0	
	set/08	0	0	0	0	0	0	
	out/08	0	0	0	0	0	0	
	nov/08	0	0	0	0	0	0	
dez/08	0	0	0	0	0	0		
	total/08	407	356	342	371	151	1627	
2007	jan/07	36	49	38	62	38	223	4.765
	fev/07	57	36	36	79	61	269	
	mar/07	47	77	30	46	123	323	
	abr/07	56	39	22	60	13	190	
	mai/07	19	39	4	20	7	89	
	jun/07	122	61	103	86	20	392	
	jul/07	162	99	72	101	10	444	
	ago/07	179	124	147	99	24	573	
	set/07	132	324	202	181	17	856	
	out/07	155	166	173	143	13	640	
	nov/07	93	122	69	73	9	366	
dez/07	131	110	75	75	9	400		
	total/07	1189	1236	971	1025	344	4765	
2006	jan/06	10	9	11	15	13	58	873
	fev/06	7	10	12	16	12	57	
	mar/06	14	8	11	12	9	54	
	abr/06	14	8	0	16	5	43	
	mai/06	13	7	12	16	12	60	
	jun/06	3	18	13	12	8	54	
	jul/06	14	8	10	18	9	59	
	ago/06	13	14	26	25	7	85	
	set/06	14	21	30	24	9	98	
	out/06	7	23	32	28	10	100	
	nov/06	5	21	29	41	4	100	
dez/06	18	35	5	36	11	105		
	total/06	132	182	191	259	109	873	